



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS E SAÚDE (CCS)
INSTITUTO DE BIOLOGIA – Cederj/CECERJ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - EaD**

SIMONE GOULART RIBEIRO

DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: HÁ ESPAÇOS PARA ESTA DISCUSSÃO?

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Vitória Mamede Maia

Rio de Janeiro/RJ

Dezembro de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS E SAÚDE (CCS)
INSTITUTO DE BIOLOGIA – Cederj/CECERJ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - EaD

DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: HÁ ESPAÇOS PARA ESTA DISCUSSÃO?

SIMONE GOULART RIBEIRO

Monografia apresentada como atividade obrigatória à
integralização de créditos para conclusão do Curso de
Licenciatura em Ciências Biológicas - Modalidade EAD.

ORIENTADORA: PROF^a DR^a MARIA VITÓRIA MAMEDE MAIA

Rio de Janeiro/ RJ

Dezembro de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS E SAÚDE (CCS)
INSTITUTO DE BIOLOGIA – Cederj/CECERJ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - EaD

**DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: HÁ ESPAÇOS PARA ESTA
DISCUSSÃO?**

SIMONE GOULART RIBEIRO

Monografia apresentada ao Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito obrigatório à obtenção do título de Licenciado em Biologia.

Aprovada em: 20/12/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Ana Ivenicki (Titular – PPGE- UFRJ)

Prof^o Dr^o Leonardo Vilella de Casto (UNIRIO – CEDERJ)

Prof^o Esp. Jonathan Fernandes de Aguiar (CAp/UFRJ- PPGE)

Rio de Janeiro, de 2017

Dedicatória

Para todas as pessoas que ainda vivem à margem da sociedade e nos ensinam – diariamente – que existir é resistência e que luta não é questão de escolha, é (sobre)vivência. Para vocês, todo meu respeito e afeto.

Agradecimentos

Escrever agradecimentos ao término de um trabalho me parece um tanto incoerente quando a gratidão se torna transversal e imprescindível em cada parte do processo. No entanto, escrever esses agradecimentos são necessários para que as palavras sejam eternizadas e ditas. Muitas vezes, a escrita é um processo solitário embora no caminho jamais estejamos só e é preciso – nos – lembrar disso e agradecer.

Primeiro agradeço à minha orientadora Maria Vitória Maia, que me fez perceber a docência de outra maneira, não só como uma possibilidade mas como uma realidade. Você acreditou em mim quando nem eu acreditei e esses momentos nem foram poucos. Por isso, por todos esses anos de dedicação, acolhimento e incentivo, toda minha gratidão a você que sempre foi mais que apenas uma orientadora, mas uma amiga – e às vezes mãe, terapeuta....

Agradeço também ao Jonathan Aguiar, pela identificação imediata. Lembro que no dia que eu o conheci ouvi: ‘É o Jonathan. Como você não conhece o Jonathan?’ E essa foi a sensação que tive umas duas horas após conhece-lo, como se ele sempre tivesse feito parte da minha vida. Obrigada pela disponibilidade, pela motivação, pela troca de experiências, pela ajuda e – sim - pela cobrança necessária. Temos um longo caminho pela frente e, com certeza, mais escritos pelas madrugadas virão.

Ao Grupo Criar & Brincar, os antigos e os novos, agradeço por serem uma Família. Dessas que um torce gratuitamente pelo outro, sem egos tão comuns na academia.

Agradeço aos membros da banca que aceitaram o convite e se disponibilizaram a estar aqui, contribuindo para o crescimento desta pesquisa e também para o encerramento deste ciclo.

Obrigada à Cristiane Andrade, pelo convite a participar do projeto que deu origem a este trabalho e também pelo aprendizado constante.

Agradeço à minha terapeuta – Georgiana – por não dar todas as respostas para as minhas perguntas e me forçar a olhar pra mim, lidar com as angústias e não deixar os entraves paralisarem a vida.

À Benedita Aglai, pelo jeito único de motivar - não só à mim como aos outros estudantes de biologia. Por me acompanhar todos esses anos presencialmente e à distância, sempre à disposição. Muito do que sou enquanto educadora é inspirado por você.

Aos amigos – não vou citar nomes porque eles sabem quem são – por entenderem as minhas ausências e respeitarem o tempo que precisei, não só para escrever este trabalho, como para mim ao longo desses anos.

Aos meus alunos por acreditar junto comigo que educação não se faz sem afeto, sem se importar com o outro. A vocês, muito obrigada por se permitirem aprender comigo e possibilitar que eu aprenda tanto com vocês todos os dias.

Aos meus cunhados – Cristina e Arielson - pelo suporte e apoio ao longo desses cinco anos. Não dá pra imaginar a palavra família sem vocês inseridos nela.

Aos meus pequenos - Tutu, Vinícius, Heitor, Hugo, Ben e Alice. Obrigada por vocês serem desse jeitinho exatamente como são, por desenharem em quase todos os meus cadernos para ficar do meu lado e, com vários sorrisos, tornarem a vida leve. Prometo muitas brincadeiras e tempo livre.

Por fim, meu obrigada mais importante é para você Cris, minha esposa e parceira pra vida. Obrigada pelas noites em claro - principalmente nessa última semana - pelo incentivo quando achei que não ia conseguir, por me ouvir incessantemente sobre leis, diretrizes educacionais e outras coisas que não são da sua área. Acima de tudo, obrigada por se permitir – e me permitir também – viver tudo o que vivemos, por escolher todos os dias continuar trilhando esse caminho comigo. Obrigada por compartilhar os momentos ao longo desses cinco anos que são só o começo de toda a vida que temos pela frente. Obrigada por reunir meus cacos quando foi preciso e por me fazer entender que, ainda que com cicatrizes, posso ser uma pessoa inteira. Amo tanto que nem cabe em palavras e aqui.

Meia lágrima

Não,
a água não me escorre
entre os dedos,
tenho as mãos em concha
e no côncavo de minhas palmas
meia gota me basta.

Das lágrimas em meus olhos secos,
basta o meio tom do soluço
para dizer o pranto inteiro.

Sei ainda ver com um só olho,
enquanto o outro,
o cisco cerceia
e da visão que me resta
vazo o invisível
e vejo as inesquecíveis sombras
dos que já se foram.

Da língua cortada,
digo tudo,
amasso o silêncio
e no farfalhar do meio som
solto o grito do grito do grito
e encontro a fala anterior,
aquela que emudecida,
conservou a voz e os sentidos
nos labirintos da lembrança.

Resumo

RIBEIRO, S. G. Diversidade de gênero na escola: Há espaços para esta discussão. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Modalidade EAD) – Instituto de Biologia/ Cecierj, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

O presente trabalho apresenta como cerne de discussão a escola como espaço construtor, legitimador de identidades, discursos e práticas comportamentais, marcado pela diversidade de sujeitos, suas múltiplas particularidades e trajetórias. Tendo em vista que toda prática educativa possui intencionalidade, surge a seguinte questão: há espaço na escola para discussão sobre diversidade de gênero? Na tentativa de responder essa pergunta, realizou-se a análise de um grupo de alunos de uma escola pública federal do Rio de Janeiro, integrantes do projeto intitulado “*Divers(idades): Corpo, Gênero e Sexualidades na Escola*”, que busca trazer para dentro do cotidiano escolar discussões acerca a diversidade – seja ela de gênero, raça, padrões e outras. Em paralelo realizou-se uma pesquisa com um grupo de 10 professores atuantes da rede pública e privada de ensino, através de uma questionário semi-estruturado. O mesmo questionário foi aplicado aos discentes a fim de analisar as particularidades de cada discurso. Concomitante às observações do cotidiano escolar, falas e outras especificidades, foi realizado um levantamento da literatura sobre o tema no banco de dados Scielo, utilizando as palavras “gênero, diversidade e educação” como filtros para as buscas, e nos arquivos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), especificamente no GT-23 – gênero, sexualidade e educação. Ao final deste trabalho, espera-se compreender como se dá a diversidade de gênero no ambiente escolar e se existe, neste contexto, um espaço para acolhimento e reflexão.

Palavras-chave: Diversidade, gênero e educação.

Abstract

RIBEIRO, S. G. **Gender diversity in school: There are spaces for this discussion.** Monography (Completion of a Bachelor's Degree in Biological Sciences - EAD Mode) - Institute of Biology/Cecierj, Federal University of Rio de Janeiro, 2017.

The present work presents as the core of the discussion the school as a constructive and legitimating space for identities, discourses and behavioral practices, marked by the diversity of subjects and their multiple particularities and trajectories. Given that every educational practice has intentionality, is there room in the school for discussion about gender diversity? In an attempt to answer this question, a group of students from a federal public school in Rio de Janeiro, members of the project entitled "Diversities: Body, Gender and Sexualities in School", which seeks to bring into the daily school life discussions about diversity - be it gender, race, standards and others. In parallel, a research was carried out with a group of 10 teachers working in the public and private schools through a semi-structured questionnaire. The same questionnaire was applied to the students in order to analyze the particularities of each discourse. Concomitant with the observations of daily school life, speeches and other specificities, a literature review on the topic was carried out in the Scielo database, using the words "gender, diversity and education" as search filters, and in the archives of the National Association of Post-Graduation and Research in Education (ANPED), specifically in GT-23 - gender, sexuality and education. At the end of this work, it is expected to understand how gender diversity occurs in the school environment and whether there is a space for reception and reflection in this context.

Key words: Diversity, Gender and Education

Sumário

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	13
1.1. Questões Norteadoras.....	20
1.2. Objetivo Geral.....	21
1.3. Objetivos Específicos.....	21
1.4. Apresentação dos capítulos.....	21
1.5. Justificativa.....	22
1.6. Metodologia.....	27
CAPÍTULO 2 – GÊNERO E SEXUALIDADES: DESMISTIFICANDO CONCEITOS PARA A DIVERSIDADE.....	30
2.1. Corpo e Genital: A biologia como destino.....	31
2.2. A Construção Social do Gênero.....	32
2.3. Quem é a pessoa no espelho? Questões sobre transgeneralidades e identidade de gênero.....	33
2.4. As dimensões afetivo-sexuais: não é só questão de opinião.....	36
2.5. Diversidade não é um bicho de 7 cabeças.....	37
CAPÍTULO 2 - DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	38
2.1. Pedagogia do Armário: Aprisionando vivências.....	39
2.2. Bases legais em tempos políticos sombrios.....	41
CAPÍTULO 3: O QUE PENSAM OS PROFESSORES E ALUNOS SOBRE GÊNERO NA ESCOLA?.....	45
3.1. Os entrevistados – uma rápida análise de perfil.....	45
3.2. “Divers(idades): Corpo, Gênero e Sexualidades na Escola” – um componente curricular fora do padrão.....	47
3.4 O que dizem as vozes da Escola?.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
APÊNDICE 1 - PROPOSTA DE TRABALHO.....	64
APÊNDICE 2 – RESPOSTAS DOS PROFESSORES.....	67
APÊNDICE 3 – RESPOSTAS DOS ALUNOS.....	69
REFERÊNCIAS.....	73

Lista de tabelas e figuras

TABELA 1 ARTIGOS BASE SCIELO (2004-2017).....	16
TABELA 2 ARTIGOS DO GT-23 ANPED.....	18
TABELA 3 PRIMEIRA TRIAGEM DOS ARTIGOS DO GT-23 ANPED.....	19
TABELA 4 SEGUNDA TRIAGEM DE ARTIGOS DO GT-23-ANPED.....	19
TABELA 5 MATRIZ DO CURSO GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADES NA ESCOLA.....	66
TABELA 6 RESPOSTAS DOS ALUNOS INSERIDOS NO PROJETO.....	72
FIGURA 1 INSEGURANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR (DADOS DA “PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL 2016”).....	23
FIGURA 2 COMENTARIOS PEJORATIVOS (DADOS DA “PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL 2016”).....	24
FIGURA 3 AGRESSÕES (DADOS DA “PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL 2016”).....	24
FIGURA 4 NÚMERO DE FALTAS EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA SOFRIDA (DADOS DA “PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL 2016”).....	25
FIGURA 5 ÍNDICE DE DEPRESSÃO EM FUNÇÃO DA VIOLÊNCIA (DADOS DA “PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL 2016”).....	25
FIGURA 6 ACOLHIMENTO (DADOS DA “PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL 2016”).....	26
FIGURA 7 HOMOFOBIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS FONTE: FEA-USP, 2009.....	40
FIGURA 8 GÊNERO DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	45
FIGURA 9 GÊNERO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO CURSO , LOCUS DA PESQUISA.....	46
FIGURA 10 SLAM DAS MINAS (FONTE: SLAM DE MINAS).....	55
FIGURA 11 MULHERES QUE ESCREVEM (FONTE: MULHERES QUE ESCREVEM).....	56
FIGURA 12 CAMTRA CASA DA MULHER TRABALHADORA FONTE: CAMTRA.....	56
FIGURA 13 SEJA DIFERENTE.....	57
FIGURA 14 FUNDO SOCIAL ELAS.....	58
FIGURA 15 MOVIMENTOS E GRUPOS DE DEBATE SOBRE GÊNERO.....	60

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Investigar o comportamento humano sob determinadas circunstâncias, perspectivas teóricas, contextos sociais, políticos, históricos, psicológicos e educacionais é objeto de estudo de diversas áreas acadêmicas. Padrões de comportamento são transmitidos desde cedo e ditam aquilo que é aceitável ou não socialmente para homens e mulheres. Tal padronização é composta por normas rígidas de conduta que, na maioria das vezes, promovem processos discriminatórios, preconceituosos e excludentes. Estas ações têm impactos em nossa sociedade, no dia-dia, nas relações que estabelecemos uns com os outros e, principalmente, na escola, sendo que ela é reprodutora e também transformadora de uma sociedade.

A escola também é um espaço que promove a socialização de pessoas, sendo esta influenciada por discursos que marcam o que é certo, errado, (a)normal e padrão. Essas influências (re)produzem padronizações de comportamentos capazes de dar voz ou invisibilizar sujeitos, principalmente quando trazemos a discussão sobre gênero, corpo e sexualidade. Butler (2003) colabora com afirmação descrita acima ao dizer que a escola permeia práticas e discursos da heteronormatividade.

Leite (2011) define heteronormatividade como

regulação do sexo, do gênero, do desejo e das práticas sexuais nas categorias binárias masculino e feminino, distintas, complementares e hierarquizadas. Define, desse modo, a estética, os comportamentos e os papéis sociais aceitáveis para cada gênero, em lógica dicotômica que marginaliza os que se desviam de qualquer desses padrões. (p.14)

Quem já presenciou/ouviu professores dizendo o que é feminino? O que é masculino? “Garoto vai brincar com os meninos”, “menino aqui brinca de carrinho”, “isso não é assunto de menina”, “mulher nesta empresa recebe pouco”, “você é mulher, deve fazer o que seu marido pediu”, “ele é professor, quem manda aqui é a mulherada”, “gosta de homem, é viadinho”. As expressões aqui citadas, circulam em nossa sociedade, o nosso cotidiano escolar, os meios de comunicação, as conversas diárias de cada indivíduo – às vezes há questionamentos a estas expressões, no sentido de denunciar os atos/expressões preconceituosas e discriminatórias ou ocorre o silenciamento. Louro (2000) afirma que a escola é ainda um campo de disputa, onde saberes são legitimados em detrimento de outros, deliberadamente ocultados, continua:

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. (idem, p.30).

Como romper com a repressão e discursos preconceituosos que tentam normatizar todos os indivíduos? De que maneira podemos romper com a repressão e favorecimento de um único gênero? Qual é o papel da instituição escolar nesta discussão? A escola, ao discutir as relações de gênero, deve priorizar o combate as relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta do que é ser homem, do que é ser mulher e apontar para transformação desconstruindo os estereótipos de gênero (BRASIL, 2001). Para além, cabe à escola, professores, alunos, famílias refletirem acerca de suas próprias práticas, concepções e discursos, repensando suas condutas para a promoção da diversidade, propiciando o ambiente escolar saudável, respeitoso, tolerante, acolhedor e não mais hostil.

Partindo desse pressuposto, essa monografia busca compreender se há espaço na escola para se refletir sobre as questões de gênero, diversidade e sexualidade; sobre o que pensam docentes e discentes sobre a inserção desta temática no contexto escolar. Para isso, em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), com a finalidade de identificar o que há de conhecimento científico sobre gênero, diversidade e sexualidade na área da Educação.

A pesquisa na base de dados SciELO, inicialmente, se deu em abril, permanecendo até meados de dezembro de 2017. O banco de dados está estruturado em três formas de busca: Por periódicos, por artigos e por relatórios. Nas duas primeiras, ainda é possível optar por buscar por meio de autores, assuntos ou títulos de periódicos e nomes dos artigos. No caso dos relatórios, as possibilidades são uso do site, estatísticas de publicação, citações de revista e co-autoria.

Sendo assim, optei por buscar por artigos inserindo as palavras-chave “Gênero, Diversidade e Educação” como forma de refinar a mesma. Ao cruzar estas palavras, obtive 60 resultados. Destes, excluindo aqueles em outros idiomas, apenas 26 apresentam relação direta ou indireta com a temática a qual me proponho desenvolver nesta monografia. Tais artigos encontram-se listados abaixo:

Artigos Encontrados na Base Scielo Sobre: Gênero, Diversidade e Educação		
Título	Autores	Ano
<i>Educar para a Diversidade: Gênero e Sexualidade segundo a percepção de estudantes e supervisoras do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (UFSM).</i>	Andres, Suélen de Souza, Jaeger, Angelita Alice and Goellner, Silvana Vilodre	2015
<i>Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar</i>	Nardi, Henrique Caetano and Quartiero, Eliana	2012
<i>Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola.</i>	Marcon, Amanda Nogara, Prudêncio, Luísa Evangelista Vieira and Gesser, Marivete	2016
<i>Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica</i>	Vianna, Cláudia.	2012
<i>Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia.</i>	Souza, Leandro Corsico and Dinis, Nilson Fernandes	2010
<i>Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo.</i>	Furlani, Jimena	2008
<i>Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade.</i>	Seffner, Fernando.	2011
<i>Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas.</i>	Canen, Ana and Xavier, Giseli Pereli de Moura	2011
<i>Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural</i>	Maia, Ana Cláudia Bortolozzi et al.	2012
<i>É inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil.</i>	Monteiro, Simone Souza, Villela, Wilza Vieira and Soares, Priscilla da Silva	2014
<i>Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia.</i>	Borges, Zulmira Newlands and Meyer, Dagmar Estermann	2008
<i>Sexualidade e identidade no espaço escolar: notas de uma atividade em um curso de educação a distância</i>	Silva, Rosimeri Aquino da and Soares, Rosângela	2014
<i>Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência.</i>	Dinis, Nilson Fernandes.	2011
<i>Percepção de professoras de ensino médio e</i>	Borges, Zulmira Newlands et	2011

<i>fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil)</i>	al.	
<i>Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia"</i>	César, Maria Rita de Assis.	2009
<i>Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas.</i>	Louro, Guacira Lopes	2007
<i>A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as).</i>	Zanatta, Luiz Fabiano et al.	2016
<i>O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios</i>	Vianna, Cláudia Pereira.	2015
<i>Ideologia de Gênero: Uma Falácia construída sobre os Planos Educacionais Brasileiros.</i>	Reis, Toni and Eggert, Edla	2017
<i>Educação, relações de gênero e diversidade sexual.</i>	Dinis, Nilson Fernandes.	2008
<i>Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional</i>	Fleuri, Reinaldo Matias.	2006
<i>Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas</i>	Campos, Luciana Maria Lunardi.	2015
<i>Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos.</i>	Coelho, Leandro Jorge and Campos, Luciana Maria Lunardi	2015
<i>Identidades, trânsitos e diversidade sexual em contextos de sociabilidade juvenil no Rio de Janeiro (Brasil)</i>	Monteiro, Simone et al.	2010
<i>Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero</i>	Silva, Isabel de Oliveira e and Luz, Iza Rodrigues da	2010
<i>Modos de educação, gênero e relações escola-família</i>	Carvalho, Maria Eulina Pessoa de.	2004

Tabela 1 Artigos base Scielo (2004-2017)

Conforme a tabela 1, é possível perceber que dois possuem autoria de Vianna (2012, 2015), três de Diniz (2008, 2010, 2011), Borges (2008, 2011) participa como autora e/ou co-autora de dois artigos, Campos escreve também dois dos artigos listados (2015). Sendo assim, é possível identificar um número ainda mais reduzido de pesquisadores sobre Diversidade de Gênero e Educação no Brasil.

Destaco, agora, alguns artigos importantes na construção das minhas reflexões. Tendo início com “Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar” (NARDI, H.C.; QUARTIERO, E., 2012). Este artigo faz uma análise de um projeto desenvolvido pela ONG Nuances, na cidade de

Porto Alegre. O projeto em questão, Educando para a diversidade, está em consonância com o projeto do governo “Brasil Sem Homofobia” e buscou entender como ocorrem os debates sobre diversidade sexual e de gênero no cotidiano escolar, que é um dos meus pontos de partida para a construção da pesquisa.

“Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica” (VIANNA,C., 2012) foi importante num primeiro momento por fazer uma compilação da produção acadêmica sobre a introdução de gênero e sexualidade nas políticas pública do Brasil durante determinado período. O autor também me introduziu melhor a alguns teóricos que estão norteando minha pesquisa, como Guacira Lopes Louro (1997, 2000, 2007).

Por fim, o artigo “Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual.” (DINIS, N.F., 2008), porque discute a escola e os cursos de formação docente como um espaço de/para a cidadania, onde o respeito à diversidade e aos direitos humanos deve ser discutido, assim como a inclusão das minorias como parte do currículo. O artigo traça possibilidades para os cursos de formação docente, como a experimentação de linguagens diferenciadas que desconstroem o binarismo de gênero tradicional nas escolas.

Dentre os artigos selecionado surge o nome Guacira Lopes Louro (2007), que se revelou uma referência fundamental, não só para a conclusão deste trabalho como para os Estudos Feministas na área de Gênero. Além dos artigos, utilizei como material de pesquisas seus livros, como “Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade” (2000), “Currículo, Gênero e Sexualidade” (2000) e “Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista” (1997).

Minha busca no repositório de trabalhos da ANPED se deu especificamente no GT-23- Gênero, Sexualidade e Educação. Este GT existe desde o ano de 2004 e funciona como um espaço privilegiado para acolher as discussões e investigações sobre o tema que, antes, se encontravam dispersas nos outros grupos de trabalho.

Em um primeiro momento, identifiquei todas as publicações realizadas no GT-23 desde sua criação, sem preocupação com áreas específicas ou correlatas à esta pesquisa. O resultado – em números – está representado na tabela abaixo.

Artigos do GT-23 ANPED			
<i>Ano/ Edição</i>	<i>Comunicação Oral</i>	<i>Pôster</i>	<i>TOTAL</i>
27° (2004)	13	5	18
28° (2005)	13	8	21
29° (2006)	12	4	16
30° (2007)	16	1	17

31° (2008)	11	3	14
32° (2009)	12	2	14
33° (2010)	15	3	18
34° (2011)	15	0	15
35° (2012)	17	3	20
36° (2013)	17	2	19
37° (2015)	26	2	28
38° (2017)	21	4	25

Tabela 2 Artigos do GT-23 ANPED

É possível perceber o aumento expressivo das publicações ao longo dos anos. Acredito que tal fato pode ser explicado não somente pelo aumento real das publicações na área como na maior divulgação do GT pela ANPED, compilando de forma mais fidedigna as publicações sobre a temática.

Em seguida, realizei uma primeira triagem a partir da observação dos títulos dos trabalhos, identificando pela primeira leitura aqueles que se aproximavam às discussões acerca diversidade de gênero e educação. Essa identificação reduziu de forma significativa o quantitativo de trabalhos.

Artigos do GT-23 ANPED – 1º Triagem			
<i>Ano/Edição</i>	<i>Comunicação Oral</i>	<i>Pôster</i>	<i>TOTAL</i>
27° (2004)	5	4	9
28° (2005)	7	4	11
29° (2006)	2	2	4
30° (2007)	7	0	7
31° (2008)	5	2	7
32° (2009)	8	2	10
33° (2010)	6	1	7
34° (2011)	8	0	8
35° (2012)	9	0	9
36° (2013)	7	1	8
37° (2015)	13	0	13
38° (2017)	9	1	10

Tabela 3 Primeira triagem dos artigos do GT-23 ANPED

Realizei um novo recorte a partir da leitura dos resumos dos artigos selecionados. Identifiquei, então, os trabalhos correlacionados tematicamente à minha pesquisa. Neste ponto, optei por não realizar a diferenciação entre trabalhos apresentados na forma de comunicação oral ou na forma de pôster, considerando que ambos os formatos seriam interessantes para a análise.

Artigos do GT-23 ANPED – 2º Triagem	
<i>Ano/Edição</i>	<i>TOTAL</i>

27° (2004)	6
28° (2005)	5
29° (2006)	2
30° (2007)	3
31° (2008)	3
32° (2009)	5
33° (2010)	5
34° (2011)	2
35° (2012)	6
36° (2013)	1
37° (2015)	1
38° (2017)	2

Tabela 4 Segunda triagem de artigos do GT-23-ANPED

Fazendo um recorte dos últimos 5 anos, ou seja, das três últimas Reuniões Científicas Anuais da Anped, discorro aqui sobre as 4 propostas de trabalho apresentadas relacionadas ao meu objeto de pesquisa, a fim de contextualizar sua relevância ao meu trabalho.

Em “A Escola Como Empreendimento Biopolítico de Governo dos Corpos e Subjetividades Transexuais” (SANTOS, D.B.C., 2013) foi possível observar como se engendram os processos excludentes de transexuais dos espaços políticos e institucionais, mais especificamente da escola. Santos (2013) entende a escola enquanto um espaço regulador de corpos e subjetividades ao qual todos os sujeitos intrínsecos a esses espaços estão submetidos.

Em “Avanços e Retrocessos em Políticas Públicas Contemporâneas Relacionadas a Gênero e Sexualidade: Entrelaces com a Educação” (GUIZZO, B.S.; FELIPE, J., 2015) são analisadas as políticas públicas que fazem menção às questões de gênero e sexualidade, no que diz respeito à Educação. Para além disso, propõe a reflexão sobre os motivos que levam à dificuldade de inserção de tais questões no cotidiano escolar. O trabalho é correlato à minha pesquisa visto que as bases legais para a abordagem de gênero na escola é um dos meus pontos de discussão, além de essencial à prática docente.

O “Ataque à Discussão de Gênero na Escola, Construção Identitária e a Importância da Liberdade Docente” (MONTEIRO, M.V.P., 2017) versa sobre uma questão importante na atualidade e para mim em particular: As transformações no cenário político que limitam a liberdade docente e restringem as reflexões sobre diversidade de gênero nas escolas. O texto faz uma análise da legislação, suas recentes modificações e suas implicações práticas.

Por fim, o trabalho “As Distâncias Sociais Entre Escola e Sujeitos Homossexuais e Sua Interferência na Percepção de Homofobia” (BASTOS, F., 2017) discorre sobre a violência

e outras práticas homofóbicas e discriminatórias no cotidiano escolar e como se dá a percepção deste preconceito.

Em função das recentes e controversas discussões sobre a retirada dos termos relacionados ao gênero da Base Nacional Comum Curricular, julguei necessário me apropriar da legislação vigente, portanto, analisei documentos como a Constituição Federal do Brasil (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (9394/96), Plano Nacional de Educação (13.005/2014) e outras.

1.1. Questões Norteadoras

A Escola, enquanto espaço construtor e legitimador de identidades e práticas comportamentais, na realidade do dia a dia acolhe a diversidade ou a marginaliza? Esta pergunta foi o primeiro passo para a realização deste trabalho. Entendendo a Escola – e as práticas educativas – como espaço potencial para a transformação sócio-política, faz-se necessário compreender também que esta é atravessada por valores e conflitos. Sendo assim, como abarcar a diversidade que nos é apresentada de forma respeitosa? É possível construir um ambiente suficientemente bom¹ para aprendizagem que seja acolhedor ao trabalhar diversidade de gênero em sala de aula?

Estes questionamentos iniciais se desdobraram em outras questões que nortearam esta pesquisa, quais sejam:

- O tema “Diversidade de Gênero e Sexualidade” pode ser inserido no contexto escolar?
- Como lidar com as questões de gênero na escola? É importante discutir gênero no espaço escolar com crianças, adultos e jovens?

Logo após estas questões, surge o **problema** de pesquisa: *qual é a percepção dos alunos e professores sobre a discussão de gênero na escola?*

1.2. Objetivo Geral

- Compreender o que os alunos e professores pensam sobre a discussão de diversidade de gênero na escola.

¹ O conceito ambiente suficientemente bom foi cunhado por Winnicott ao longo de sua obra para delimitar um espaço onde holding e handling e apresentação do objeto ao bebê fosse seguro o suficiente para que o desenvolvimento do brincar e acolhimento do gesto espontâneo do bebê pudessem estar presentes sem retaliação do meio ambiente real.

1.3. Objetivos Específicos

- Conceituar o que é gênero, diversidade e sexualidade;
- Identificar se na escola há espaços para discussão sobre diversidade de gênero; e,
- Analisar se nos relatos de professores e alunos existe preconceito ou discriminação ao abordar o tema diversidade de gênero no ambiente escolar.

1.4. Apresentação dos capítulos

Esta monografia está organizada da seguinte forma: *Introdução*, apresentando e contextualizando a pesquisa, a justificativa para sua realização, os objetivos e a metodologia utilizada para a construção da mesma.

O primeiro capítulo *Gênero e Sexualidades: Desmistificando Conceitos Para a Diversidade*, busca conceituar esses termos numa tentativa de eliminar a confusão que ainda é recorrente sobre eles. Pretende-se também, estabelecer as bases fundamentarão a discussão dessa pesquisa.

O segundo capítulo *Diversidade de Gênero na Escola: Algumas Considerações*, busca articular a teoria apresentada e as práticas pedagógicas, além de identificar na legislação educacional vigente as bases legais que legitimam as discussões de gênero para dentro dos muros da escola.

O terceiro capítulo *O Que Pensam Professores e Alunos Sobre Gênero na Escola?* discute os resultados obtidos nessa pesquisa, através dos dados obtidos nos questionários e da observação das aulas.

Por fim, a conclusão necessária para fechar o ciclo deste trabalho embora saibamos que o processo educativo não tem um fim.

1.5. Justificativa

Toda pesquisa é atravessada por vivências particulares, visto que somos fruto do contexto no qual estamos inseridos. Diante da impossibilidade de neutralidade do pesquisador, o que me levou a estudar o tema aqui apresentado tem a ver com meu percurso

como sujeito pertencente a uma sociedade que possui características discriminatórias e nada multicultural². Sou mulher, lésbica e professora de uma instituição federal, considero importante me afirmar nos espaços acadêmicos por se revelarem como locais excludentes que invisibilizam as minorias por meio do silenciamento ou do não reconhecimento das mesmas. Quantas mulheres recebem bolsas de produtividade? Quantas mulheres são chefes de departamento nas universidades? Quantas são lidas e referenciadas em pesquisas acadêmicas? Quantas dessas mulheres são lésbicas? Esse é meu lugar de fala e, portanto, são dessas questões que me aproprio, mas o mesmo ocorre com mulheres negras, pessoas transgêneras e o público LGBT de forma geral.

O “Manifesto pela Igualdade de Gênero na Educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras”³ (2017) afirma que o Artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece a Educação como um direito irrevogável de todos e todas e define que o Estado é responsável por assegurar a igualdade de condições para acesso e permanência escolar. No entanto, esta não é a realidade do sistema educacional brasileiro. Na prática, este direito é permanentemente violado pelas relações de gênero legitimadas pautadas por uma visão reducionista sobre os sexos e sexualidades baseada no determinismo biológico, um conceito simplista que estabelece que os mecanismos biológicos são condicionantes para todas as características do ser humano (físicas e psicológicas) e, portanto, são determinantes para a vida.

O determinismo biológico tem sido um meio poderoso para explicar as desigualdades sociais, riquezas e poder observados nas sociedades capitalistas industriais contemporâneas e definir os universais humanos de comportamento como características naturais das sociedades. Assim, é fácil considerar que, se as desigualdades são determinadas biologicamente, então elas são inevitáveis e imutáveis (LEWONTIN; ROSE; KAMIN *apud* BRZOZOWSKI, CAPONI, 2012, p.947).

Este posicionamento que permeia nossa construção social possibilitou o “surgimento de espaços heteronormativos, onde aqueles que não se enquadrassem a norma se tornariam a margem. A violação dos direitos a diversidades sexuais e de gênero, são percebidas como homofobia” (UNESCO, 2013 *apud* SILVA, JÚNIOR, 2016, p.30) Segundo a Secretaria

² Por multiculturalismo entende-se o “campo teórico, prático e político que busca respostas à diversidade cultural e desafia a preconceitos, com ênfase na identidade como categoria central para se pensar em uma educação valorizadora da pluralidade no contexto escolar” ((Candau, 2008a, b, c; Canen, 2008; Canen; Santos, 2009; Moreira; Câmara, 2008 *apud* CANEN, A.; XAVIER, G. P, 2011, p.642)

³ Disponível em: <http://gema-ufpe.blogspot.com.br/2015/06/manifesto-pela-igualdade-de-genero-na.html>

Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (2016):

A homofobia possui várias formas, que abrange muito mais do que as violências tipificadas pelo código penal. Ela não se reduz à rejeição irracional ou ódio em relação aos homossexuais, pois também é uma manifestação que qualifica o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido à sua diferença, esse outro é excluído de sua humanidade, dignidade e personalidade. (p.05)

Um olhar mais atento ao cotidiano escolar revela a necessidade de criar estratégias que favoreçam, não somente o acesso, mas principalmente a permanência desses grupos minoritários na escola. Em 2016, foi divulgada a “Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais”⁴, realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Os principais dados derivados desta pesquisa tratam sobre insegurança na escola, agressões físicas e verbais, faltas, bem-estar, acolhimento. São eles:

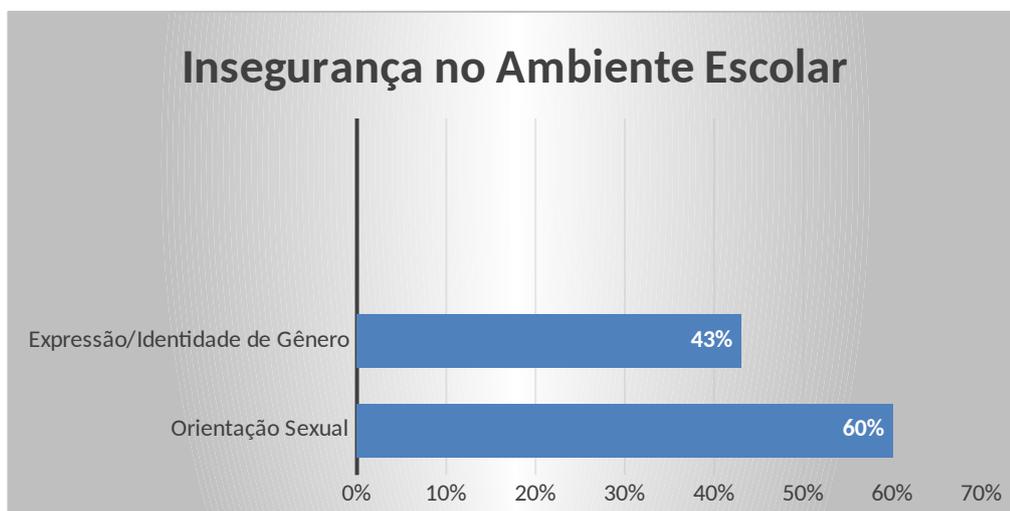


Figura 1 Insegurança no ambiente escolar (dados da “Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016”)

⁴ Disponível em:

http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/lgbt/pesquisa_nacional_educacional_lgbt_2016.pdf

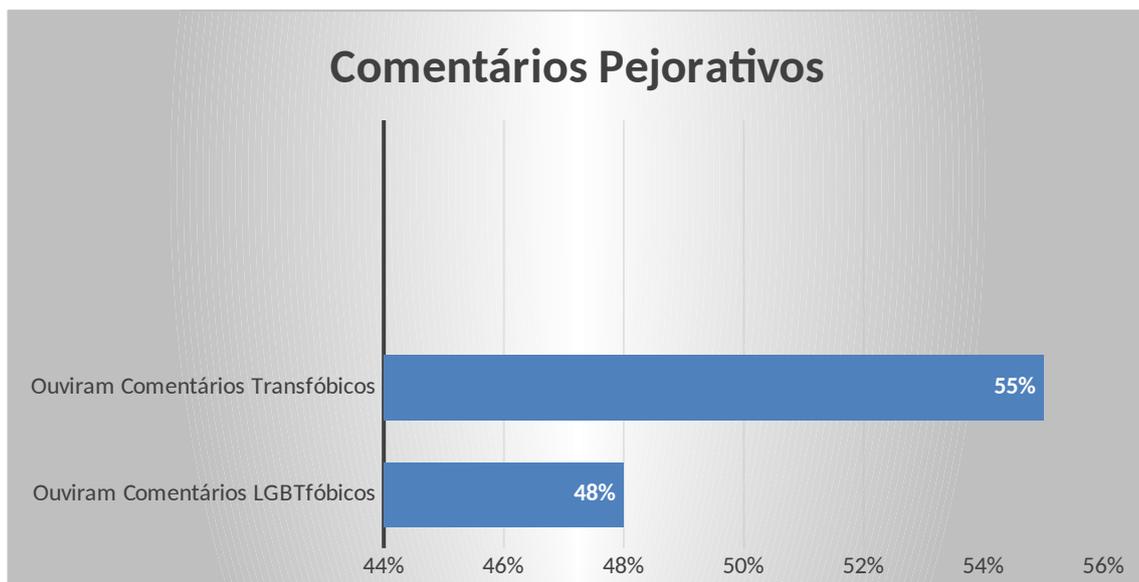


Figura 2 Comentários Pejorativos (dados da "Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016")

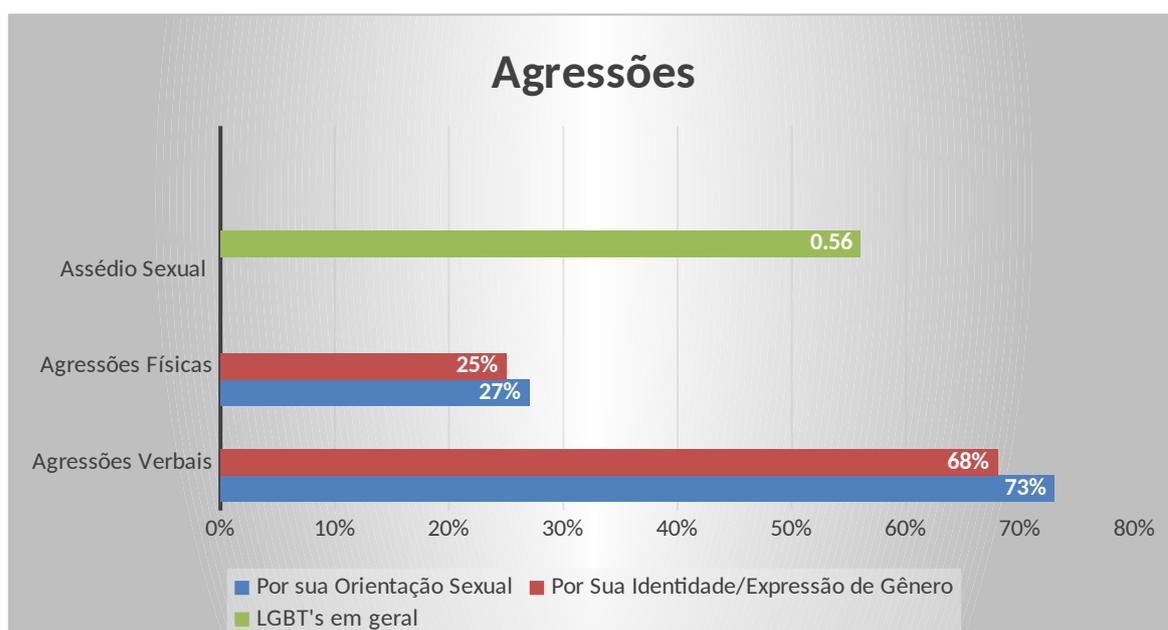


Figura 3 Agressões (dados da "Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016")

Número de Faltas em relação ao Índice de Violência Sofrida

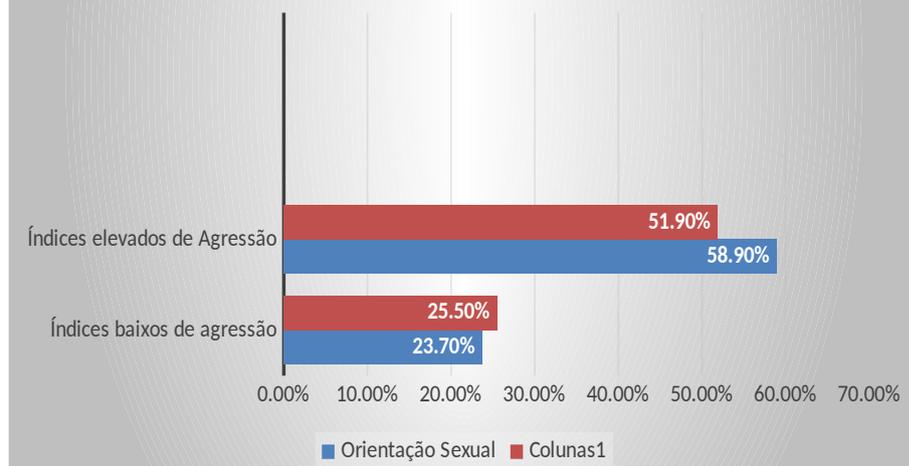


Figura 4 Número de faltas em relação ao índice de violência sofrida (dados da "Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016")

Índice de Depressão em Função da Violência

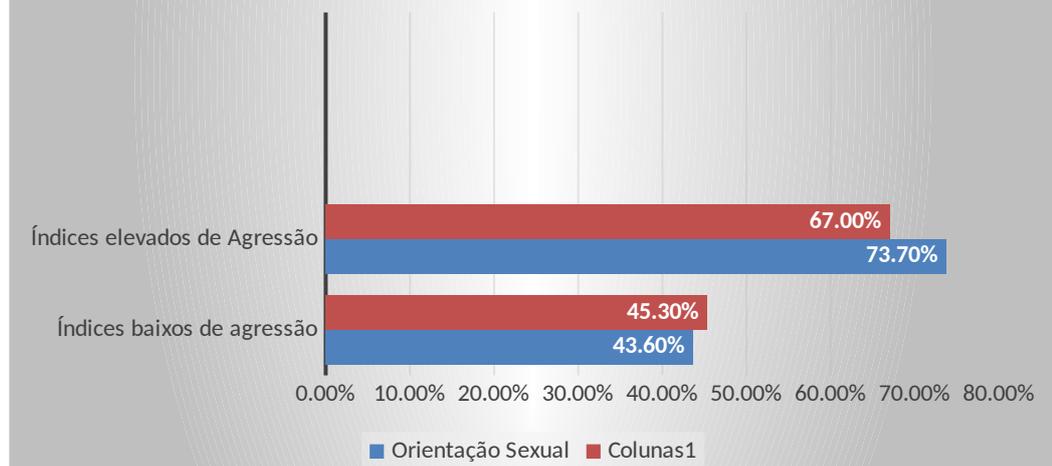


Figura 5 Índice de depressão em função da violência (dados da "Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016")

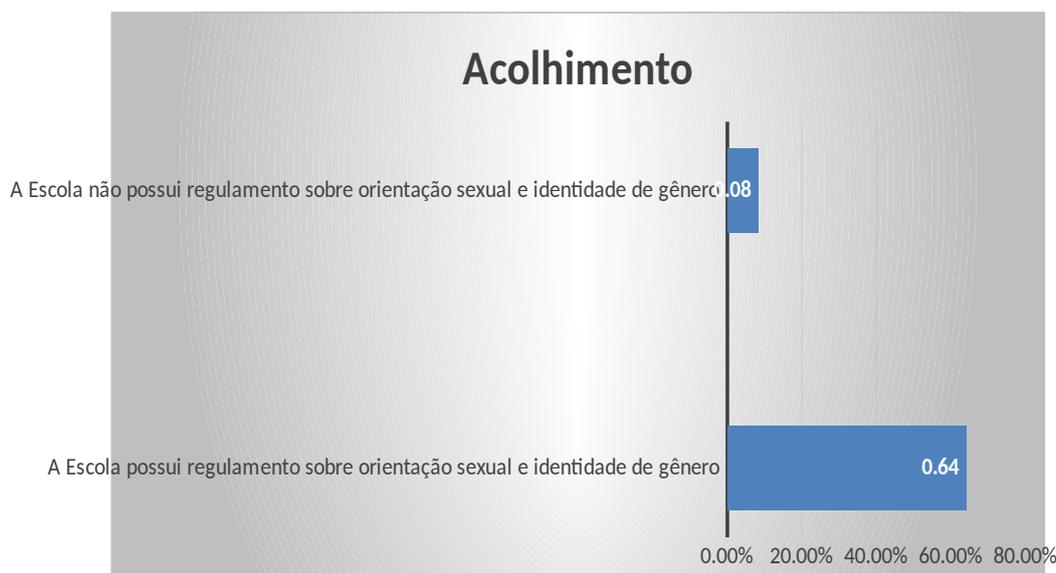


Figura 6 Acolhimento (dados da "Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016")

Falta uma reconfiguração do currículo e das relações escolares para a promoção da inclusão de fato, pautada no respeito às diferenças e não na evidenciação dos diferentes. Na avaliação da ABLGT, a reversão desse cenário só será possível se os professores tiverem uma formação específica para a diversidade sexual, com materiais pedagógicos específicos que não façam a distinção dos estudantes em função de qualquer condição pessoal.

Embora alguns avanços tenham sido realizados, como a garantia da utilização do nome social por pessoas transgêneras, a autorização do casamento civil igualitário pelo Sistema Tribunal Federal (STF) ou a efetivação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), também observamos retrocessos – principalmente – no que tange à segurança e ao respaldo da vida.

O Grupo Gay da Bahia (GGB) identificou um recorde no número de assassinatos de pessoas LGBT em 2016. Estima-se que a cada 25 horas uma pessoa é morta, vítima da homofobia. A Associação Transgender Europe, destaca o Brasil como um país extremamente transfóbico, com o número relativo mais alto de assassinatos de pessoas transgêneras do mundo. Foram 900 travestis e transexuais vítimas de homicídio entre 2008 e 2016.

Em relação à violência contra mulheres, pesquisas da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Governo Federal calculam que a cada 12 segundos uma mulher é violentada, a cada 10 minutos uma mulher é estuprada. De acordo com o Mapa da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a cada 90 minutos uma mulher é assassinada. A estimativa é que entre os anos de 1980 e 2013, 106 mil mulheres foram mortas.

Utilizando raça como um indicador, os Mapas da Violência do IPEA afirmam que em 2014, 62% dos homicídios femininos atingiram mulheres negras e, em 2017, a cada 100 jovens mortos, 71 eram negros.

Esses não são números para se orgulhar. São números de alarme que nos indicam a gravidade da situação e pedem alternativas. A violência tem gênero, identidade de gênero, orientação sexual, classe e cor.

Acredito que o começo da mudança sempre será a Educação. Como afirma Arendt (1992), toda prática educativa pressupõe intencionalidade:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não as expulsar a seus próprios recursos, e tampouco, arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (p.217)

A Escola é muito mais que apenas a estrutura para a transmissão de conhecimentos, ela é um espaço de vivências e subjetividades com potencial enorme para a abertura de diálogos que problematizem a realidade. O espaço escolar, bem como as relações estabelecidas nele, podem contribuir para a transformação da realidade, repensando os Direitos Humanos e o respeito à diversidade.

Após esta discussão surgem algumas questões, as quais apresento no próximo subtítulo.

1.6. Metodologia

Esta pesquisa é baseada na abordagem qualitativa, onde as experiências vivenciadas são fundamentais à compreensão do – ou dos – objetos de pesquisa que, não necessariamente, podem ser mensurados devido à sua subjetividade. De acordo com Canen (2003) *apud* Aguiar (2014), “há uma coleta de dados, por meio de descrições de pessoas, acontecimentos, situações, depoimentos, sem existir tabelas estatísticas ou dados numéricos como na metodologia quantitativa. Entretanto, por meio deste método podemos atribuir significados aos sujeitos desta pesquisa” (2014, p.31).

Trata-se de um estudo de caso para entender o fenômeno da diversidade de gênero e das sexualidades na escola. Como método de análise, utilizei a análise de conteúdo definida por Bardin (1977) como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter (por procedimentos) sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p.42)

Os sujeitos da pesquisa são 13 alunos do segundo ano do ensino médio de uma escola pública federal e 10 professores da rede pública e privada de ensino. Ambos sujeitos são da cidade do Rio de Janeiro e apresentam sexos, gêneros e sexualidades diversas. Obrigatoriamente, os alunos estavam inscritos no Projeto “*Divers(idades): Corpo, Gênero e Sexualidade na Escola*”⁵ e os professores, atuantes enquanto docentes.⁶

A coleta de dados se deu a partir da aplicação de um questionário semi-estruturado, com uma questão aberta para que os entrevistados pudessem expor livremente sobre suas percepções a partir das perguntas ali propostas. É importante dizer que, embora o conteúdo fosse o mesmo, a pergunta realizada para os professores difere da pergunta realizada para os alunos em função da adequação à linguagem do público-alvo.

Embora os questionários contêm dados como nome, gênero e orientação sexual, não os utilizei ao analisar as falas dos sujeitos e nem os divulgarei ao fim deste trabalho. Tais dados funcionam para realizar uma avaliação do grupo amostral que utilizado.

Para os discentes perguntei se eles consideravam importante – ou não – ter um espaço destinado a discussões sobre diversidade na escola e por quê. Com essas perguntas busquei compreender a percepção deles sobre as questões de gênero que permeiam o cotidiano escolar e avaliar se, para eles, o espaço que criamos dentro da escola era importante e/ou necessário.

Para os docentes a pergunta foi: Você considera que há espaço para a discussão sobre gênero no espaço escolar? Minha intenção era analisar como essa possibilidade era percebida pelos olhos de outra esfera do contexto da escola. Se existe este espaço e, ainda, se existe a necessidade de tê-lo.

Além disso, também utilizei como material de análise de campo minhas observações sobre os percursos percorridos com as turmas ao longo dos anos em que o projeto foi implementado na escola em questão. Percursos porque, como diz Rubem Alves (2001), “a

⁵ Nome Fictício

⁶ Uma descrição melhor especificada será desenvolvida no capítulo 3 desta monografia

Educação naquela escola, mais que um caminho, é um percurso – e um percurso feito à medida de cada educando e, solidariamente, partilhado por todos” (p.17)

Os procedimentos para a realização desta pesquisa têm início há alguns anos, em 2015, por meio do convite da Professora Dra. Cristiane Andrade para contribuir no projeto *Divers(idades): Corpo, Gênero e Sexualidades na Escola*. A partir daí, configurei o desejo de relatar essa experiência e iniciei as observações sobre as turmas, desenvolvimento das atividades e situações corriqueiras em sala de aula. O passo seguinte foi a elaboração do questionário com o propósito de responder à questão disposta nesta pesquisa e funcionar como um mecanismo de avaliação para a turma. Em contraponto, percebeu-se a necessidade de incluir um outro olhar sobre o assunto, a visão de docentes em exercício do professorado. Novamente, um questionário foi elaborado e aplicado a este grupo. A partir daí, as respostas foram transcritas e os dados obtidos analisados em conjunto com a experiência em sala de aula.

CAPÍTULO 2 – GÊNERO E SEXUALIDADES: DESMISTIFICANDO CONCEITOS PARA A DIVERSIDADE

Embora as sexualidades⁷ permeiem toda a história da humanidade, somente na modernidade as discussões sobre o tema ganharam maior relevância. No século XVIII, houve uma abertura crescente à discussão de assuntos relacionados ao sexo, embora com uma perspectiva biológica, discreta e reducionista influenciada por aspectos econômicos (FOUCAULT, 1988)

No século XIX, a Organização das Mulheres em Movimentos pela Igualdade de Direitos deu início oficialmente⁸ ao movimento feminista, marcado principalmente pelas ativistas sufragistas que sinalizam:

[...] (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento (LOURO 1997 p.15)

O feminismo é um movimento social e político, que luta pela igualdade de gênero no que diz respeito ao acesso e à garantia de direitos entre homens e mulheres. É um movimento atemporal, em evolução, como define a filósofa francesa Françoise Collin citada por Rodrigues (CADERNO GLOBO, 2017) é “um movimento plural, sem hierarquia, dogmas, controle ou estruturas centralizadas, que não defende uma verdade, mas está em permanente processo de construção de uma agenda que evolui e se modifica” (p.48). Diferente do que muitos pensam e perpetuam, o feminismo não é o contrário de machismo visto que este é um comportamento que atribui aos homens posição de superioridade em relação às mulheres. Os estudos feministas trazem à tona, então, apontamentos sobre as representações sociais e os papéis de gênero. Isso significa questionar a perspectiva biológicas reducionista vigente e problematizar a desigualdade de gênero como fator primordial na construção da sociedade, marcada pela hierarquização, concessão de privilégios e opressões baseadas nas diferenças sexuais.

⁷ Entende-se que a sexualidade inerente ao ser humano se apresenta de forma múltipla e não pautada na dicotomia tradicional, portanto, utilizar a palavra no singular não contempla a pluralidade de possibilidades que o termo pode assumir.

⁸ Como afirma a Universidade Livre Feminista, embora o sufrágio seja considerado o início do feminismo: “Por todo o mundo, negras e indígenas lutaram para sobreviver à dominação imposta pela construção do Estado Moderno e, embora essas lutas não tivessem um vínculo direto com o movimento feminista, dar visibilidade a elas é fundamental para compreendermos os desafios presentes no feminismo atualmente”

Surge, então, a partir dos anos 60, a necessidade de conceituar os espectros do sexo e das sexualidades, bem como suas formas de expressão, para maior compreensão das diferenças e dimensões que a temática pode assumir. Para além do caráter analítico dos conceitos, eles são poderosas ferramentas políticas.

2.1. Corpo e Genital: A biologia como destino

Durante toda a pesquisa foi comum encontrar o termo sexo biológico para definir as dicotomias masculinas e femininas dadas pela biologia animal, ou seja, em função da determinação biológica do sexo. Para os deterministas biológicos, “a vida e as ações humanas são consequências inevitáveis das propriedades bioquímicas das células que constituem o indivíduo e que estas características estão determinadas, por sua vez, pelos constituintes dos genes que cada indivíduo possui.” (LEWONTIN; ROSE; KAMIN, 2003 *apud* BRZOZOWSKI, CAPONI, 2012, p.946).

No entanto, pautas recentes na militância feminista discutem o termo, considerando-o inapropriado para designar essa relação corpo-genital em contrapartida ao gênero. Afirma-se que não existe gênero no sexo biológico, portanto utilizar os predicados masculino e feminino seria uma incoerência visto que apenas o que existe é uma expectativa social-histórica.

Corpo-Genital ou sexo biologic é dado como a capacidade de definir se um indivíduo é macho ou fêmea a partir da genitália que o acompanha ao nascimento. Essa característica é dada pelo 23º par de *cromossomos*⁹, conhecidos como *heterossomos* ou *cromossomos sexuais*¹⁰. Segundo eles, o indivíduo que possuir o último par de cromossomos perfeitamente homólogos – XX – são considerados fêmeas enquanto aqueles que possuem um cromossomo X e outro não exatamente homólogo a ele, denominado Y, são considerados macho - XY.

Existem ainda variações (de ordem cromossômica, hormonal, fenotípica e/ou genital) para o desenvolvimento sexual que produzem corpos que não podem ser classificados de acordo com o padrão binário¹¹ de gênero. É o caso dos intersexos¹². Segundo a Organisation

⁹ Cromossomos são sequências de DNA contendo genes que, no organismo humano, se apresentam bastante compactados dentro do núcleo celular.

¹⁰ Heterossomos ou cromossomos sexuais são aqueles responsáveis pela herança biológica do sexo. O cromossomo Y, por ser mais curto que o cromossomo X, apresenta genes diferenciados e exclusivos aos indivíduos determinados machos ao nascimento.

¹¹ Idéia dos corpos organizados segundo a dicotomia macho x fêmea, masculino x feminino, pênis x vagina. Em contraponto existem autores que afirmam a existência de padrões não binários de gênero, como os gêneros fluidos ou agêneros, que não se enquadram nessas categorias primárias.

¹² O Termo Hemafródita ainda é utilizado para identificar a intersexualidade, no entanto, é atribuído a ele conotação pejorativa.

Intersex International Australia Limited, em reportagem ao “Caderno Corpo: Artigo Indefinido” (2017), são reconhecidas “pelo menos 40 variações de corpos diversos, e com características que tornam impossível que sejam ditos femininos ou masculinos.”(p.111)

2.2. A Construção Social do Gênero

Diferentemente do determinismo biológico, o conceito de gênero é muito mais amplo. Scott (1995) afirma que, inicialmente, o termo gênero foi utilizado como uma forma de legitimar os estudos feministas na década de 80, servindo como sinônimo de “mulheres”. Dessa forma “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” (idem, p.72). continua:

O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. (SCOTT, 1995, p.72)

O Segundo Sexo, da francesa Simone de Beauvoir, lançado em 1949, é uma das primeiras obras sobre feminismo e, ainda hoje, uma das mais importantes para os estudos feministas. Beauvoir afirma “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (1967, p.09). Para ela, a mulher não se define nem por seus hormônios nem por misteriosos instintos e sim pela maneira por que reassume, através de consciências estranhas, o seu corpo e sua relação com o mundo (1967, p.494)

Louro (1995, 1997, 2000) contribui para a definição de gênero como construção histórica e social, afirmando que somente no meio social os corpos ganham sentido e os papéis sociais são atribuídos. Segundo esta autora, temos que entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos:

Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2000 p. 09)

Roseno & Guimarães (2016) corroboram essa teoria ao afirmar que “a categoria gênero se distingue da dimensão biológica, ela é produto das relações sociais e culturais, e que milenarmente produz desigualdades entre homens e mulheres” (p.02).

Butler (2003) apresenta o conceito de performance onde afirma que o gênero é fruto da intencionalidade e vai além das questões históricas e sociais. Para a autora, o gênero não pode se resumir aos significados culturais previamente estabelecidos pelo padrão binário estabelecido, destinados a manter a ordem e os discursos opressores. Dessa forma, abre-se a possibilidade da flexibilização, não só do gênero, como também do próprio sexo. Piscitelli (2002) reconhece que por meio das incoerências em diversos momentos da cultura ocidental, é possível identificar a fluidez de gênero. Em sua análise afirma que:

(...) gênero se intersecta com diversas modalidades de identidades constituídas discursivamente – raciais, de classe, étnicas, sexuais, etc. – motivo que torna impossível separar “gênero” das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado. Afirma, também, que o gênero não se constitui de modo coerente ou consistente em diversos contextos históricos (PISCITELLI, 2002, p.16)

Butler (2003) se tornou referência para estudos sobre pessoas transgêneras e é considerada precursora da Teoria *Queer*, que propõe a contestação dos modelos sociais estruturados por meio da heteronormatividade e homofobia. *Queer* pode ser traduzido como estranho, bizarro, ridículo ou excêntrico e é utilizado como uma tentativa de resignificar essas ofensas. Como afirma Butler (2002, p.58) citado por COLLING (s/d, p.01 <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>) “*Queer* adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos”.

2.3. Quem é a pessoa no espelho? Questões sobre transgeneralidades e identidade de gênero

Ainda hoje não existe consenso entre os pesquisadores sobre o que representa as transgeneralidades. Adotarei aqui a percepção compartilhada por Jesus¹³ (2012) de que cabe à dimensão transgênero dois aspectos, um relacionado à identidade (o que caracteriza travestis e

¹³ Professora, pesquisadora, escritora, ativista LGBTTTQA+ e da população negra. Foi a primeira mulher negra e transexual a receber a medalha Chiquinha Gonzaga, uma honraria concedida a mulheres que tenham sido destaque em prol dos direitos humanos, artísticos, democráticos e culturais, assina o Livro *Transfeminismo: Teorias e Práticas*, o primeiro livro sobre o tema em língua portuguesa.

transexuais) e outro relacionado à funcionalidade (representado por crossdressers, drag queens/king e transformistas).

Dessa forma, transgênero é um termo “guarda-chuva” para dar conta da diversidade e complexidade de pessoas que não se identificam com comportamentos, expressões ou papéis atribuídos ao gênero que lhes foi determinado no momento do seu nascimento, ou seja, ao seu corpo-genital ou sexo biológico. Em contraponto, cisgêneros (ou cissexuais) são pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado por fatores biológicos. As variações trans e cis são comumente utilizadas para referência aos dois grupos.

Transexualidade e cissexualidade são questões de identidade. É como as pessoas se identificam e a seus corpos. É diferente do que muitos costumam pensar, não necessariamente está relacionado à cirurgia de redesignação sexual¹⁴.

Segundo Jesus (2012, p.15), “transexual é um termo que caracteriza pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento”. Este termo deve ser evitado de ser utilizado isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, “pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única” (idem, p.15). Assim, deve-se sempre utilizar mulher transexual – pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher - e homem transexual – pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem (idem, 2012).

A adequação do corpo à expressão de gênero¹⁵ a qual se identificam é uma forma de se adequar fisicamente à forma como pensam e se sentem, uma tentativa de viver de forma integral e plena quem se é. São passos nessa jornada de auto-aceitação e aceitação social e são múltiplos, desde a adoção do nome social até tratamentos hormonais e cirúrgicos diversos, aparência, vestuário e comportamentos do gênero conforme.

Embora a cirurgia de redesignação sexual não seja obrigatoriedade para que a pessoa seja considerada trans, é importante lembrar que desde 2008 é oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS oferece, além da cirurgia de transgenitalização, a mastectomia¹⁶, plástica mamária para reconstrução dos seios (incluindo as próteses de silicone) e tireoplastia¹⁷. No entanto, os procedimentos são extremamente burocráticos e naturalizam a patologização da transexualidade uma vez que a pessoa tem que ser submetida a um conjunto de especialistas que atestem sua condição e a tornem apta à realização dos procedimentos.

¹⁴ É a cirurgia de transgenitalização, ou seja, é a adequação cirúrgica do órgão genital à imagem que a pessoa tem dele, correspondendo ao órgão do gênero com a qual se identifica.

¹⁵ Forma como a pessoa expressa o seu gênero para a sociedade. Pode ser por meio de roupas e acessórios ou linguagem corporal. Pode ser congruente ou não com a identidade da pessoa

¹⁶ Procedimento de retirada das mamas.

¹⁷ Cirurgia para troca do timbre da voz.

Segundo estimativa realizada em entrevista pela carta capital, a média de espera nas filas são cerca de 10 anos.

Travesti é um termo muito estigmatizado no Brasil e, com frequência, utilizado com teor pejorativo e ofensivo. Essa conotação negativa empurra as travestis para a marginalidade, visto que são excluídas dos espaços sociais, das escolas e do mercado de trabalho, daí a relação entre o elevado número de travestis (sobre)vivendo por meio da prostituição. Atualmente há um esforço para resignificar a palavra travesti – assim como outras do universo LGBTTQIA+¹⁸ - numa tentativa de romper as barreiras impostas pelo preconceito e dar mais visibilidade.

Para Jesus (2012), travestis são “pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero” (p.17). Assim como transexuais, é uma identidade e, por respeito, usa-se sempre pronomes de tratamento femininos.

Os outros espectros das transgeneralidades são relacionados à funcionalidade, ou seja, não se relacionam à identidade de gênero e sim à vivência momentânea e/ou performática. *Crossdressers* são homens heterossexuais que vivenciam determinados papéis de gênero ao se vestirem como mulheres, normalmente é uma vivência doméstica para satisfazer necessidades emocionais ou sexuais. *Drag Queens*, assim como *Drag Kings*, são artistas que utilizam as expressões de gênero de forma exagerada, caricata e carregada de estereótipos para performances, o cunho é o entretenimento artístico – sempre pautado no respeito. Os primeiros são homens fantasiados como mulheres enquanto os segundos são mulheres performando homens.

Independente de qual seja a identidade de gênero ou a vivência dele, as relações devem ser pautadas no respeito ao outro e suas particularidades. A pergunta é simples: Se eu, mulher cissexual, ao me olhar no espelho, vejo o reflexo de quem realmente sou, por que pessoas transgêneras têm esse direito negado ou cerceado?

1.4. As dimensões afetivo-sexuais: não é só questão de opinião

Orientação afetivo-sexual é o termo correto para determinar a tendência involuntária de cada pessoa se sentir sexualmente, afetivamente e/ou emocionalmente atraída por pessoas do gênero oposto, do mesmo gênero, por ambos os gêneros, por diversos espectros de gênero

¹⁸ A sigla é um acrônimo utilizado para designar o grupo formado por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexos, Assexuados e mais.

e, ainda, por nenhum deles. Veio em substitutivo ao termo “opção sexual”, uma vez que se entende que as expressões do desejo não são pautadas pela escolha.

No entanto, tenho críticas quanto à utilização do termo orientação e, por isso, optei por utilizar aqui “dimensões afetivo-sexuais”. Orientação, no dicionário Aurélio, pode ser traduzida por encaminhar, informar a direção e não acredito que esses significados possam ser aplicados à sexualidade – ou ainda podem ser aplicados de forma errônea gerando falsas interpretações e aumentando o preconceito. Para mim, assim como as dimensões do afeto não são escolhas, também não podem ser orientadas de forma a tomar um caminho ou outro. Neste âmbito, descrevo aqui algumas dimensões que se apresentam.

A heterossexualidade caracteriza indivíduos que sentem atração afetiva-sexual pelo sexo oposto. Hetero é um prefixo grego que significa *diferente de*, por isso a denominação. A forma como a sociedade se estrutura atualmente prega a heterossexualidade como normal (e regra) e todas as demais dimensões como desviantes, por isso falamos em heteronormatividade e heterossexualidade compulsória para definir um sistema social regulador dos corpos e desejos que reproduz o conceito de inferioridade feminina e visa a manutenção do machismo estrutural.

Homossexualidade, por sua vez, também tem origem com o prefixo grego Homo que significa *iguais, semelhante*. Sendo assim, são aqueles indivíduos que são atraídos afetivo-sexualmente por pessoas do mesmo gênero. Homens que são atraídos e se relacionam com outros homens são conhecidos como gays e mulheres na mesma condição são chamadas por lésbicas. Atualmente, assim como ocorre com as travestis, há uma tendência de resignificar alguns termos considerados pejorativos, como viado e sapatão, utilizados como forma de orgulho e resistência.

Bissexualidade se refere aos indivíduos que são atraídos por outros indivíduos tanto do gênero oposto quanto pelo mesmo gênero. Não é uma dimensão afetiva transitória.

A pansexualidade se refere àqueles que se sentem atraídos romanticamente ou sexualmente por todos os gêneros, sejam eles binários ou pertencentes aos espectros não-binários, cada um à sua maneira. A palavra também deriva do grego, onde o prefixo Pan, significa *tudo* ou *todos*.

Assexualidade, como afirma a Aven (Asexual Visibility and Education Network) em “Glossário de Palavras Fluidas” (CADERNO CORPO: ARTIGO INDEFINIDO, 2017), compreende àquelas pessoas que podem ter ou não interesse amoroso como: “assexual romântico (tem interesse amoroso), aromântico (sem interesse amoroso), demissexual

(atração sexual apenas se houver um forte laço emocional) e gray-asexual ou gray-a (atração sexual em circunstâncias específicas)” (p.110).

1.5. Diversidade não é um bicho de 7 cabeças

Diante de tudo que foi apresentado, diversidade pode ser lida pelas relações estabelecidas socialmente e em função dos regimes políticos dominantes. Diversidade é “o conjunto de relações interpessoais e intergrupais explícitas ou implícitas, em um determinado sistema social, que são intermediadas pela relação entre as identidades sociais e a dominância social presentes nesse Sistema” (JESUS, 2013, p. 224). É importante falar que o conceito de diversidade é amplo e abrange toda a variedade de identidades que coexistem dentro da sociedade, ou seja, abarca também as diferentes culturas, nacionalidades, regionalidades, classes sociais, raças e etc. Abordar a diversidade de gênero, neste caso, é um recorte do tema para viabilizar a pesquisa, embora, com frequência, ele se relacione com as outras formas de diversidade.

É impossível falar em diversidade de gênero e não refletir sobre direitos ainda hoje cerceados ou negados, a Educação é um deles e é sobre ela que me debruço no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2 - DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: BREVES CONSIDERAÇÕES

A Escola sempre foi o espaço para tratar das sexualidades, seja com crianças quanto com adolescentes – principalmente. No entanto, a escola é- e sempre foi - um instrumento de legitimação, (re)afirmação de saberes, além de servir a determinados propósitos. Como expressa Louro (2000): “São múltiplos e conflitantes os discursos interessados na sexualidade, é preciso reconhecer que alguns discursos se revelam privilegiados nessa disputa política: eles carregam a força da tradição, sugerindo uma legitimidade dificilmente questionada” (p.64).

Dessa forma, esse espaço foi estruturado para atender às demandas e os discursos do sistema político e social dominante. No Brasil, a educação sexual foi inserida no contexto educacional quando os problemas de “desvios sexuais” deixam de ser percebidos como crime para serem concebidos como doenças (BOUZADA, CAVALCANTI & VENTURINI, 2015) com intencionalidade clara de produzir padrões “normais” de comportamentos, adotando uma perspectiva higienista. Essa afirmação é reiterada por Louro (2000) ao afirmar que a sexualidade vem sendo discutida, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada, a partir de várias perspectivas e campos disciplinares, constituindo-se em meio a propósitos e interesses igualmente variados.

Desde então, diversas discussões foram realizadas sobre a importância ou não de educação sexual no ambiente escolar, tornando este item não obrigatório nos currículos e fazendo da família a principal responsável por este conteúdo na vida do jovem. Alguns autores, no entanto, discordam desinteresse da escola nas questões sexuais, afirmando que silenciosamente elas já se ocupam deste tema de acordo com padrões pré-estabelecidos.

Preocupada em disciplinar e normalizar os indivíduos, a escola, ao longo da história, ao mesmo tempo que negou o seu interesse na sexualidade, dela se ocupou. As instituições escolares constituíram-se, nas sociedades urbanas, em instâncias privilegiadas de formação das identidades de gênero e sexuais, com padrões claramente estabelecidos, regulamentos e legislação capazes de separar, ordenar e normalizar cada um/uma e todos/as. Por muitos anos, mesmo afirmando que essa “dimensão” da educação dos sujeitos cabia prioritariamente à família, as escolas preocuparam-se, quotidianamente, com a vigilância da sexualidade dos seus meninos e das suas meninas. (LOURO, 2000, p. 47)

Inúmeras disputas se deram neste campo até a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), em 1998, que estabelece que Orientação Sexual é um dos temas transversais a serem abordados dentro do currículo, de forma integrada e multidisciplinar. No entanto, “não basta, contudo, apenas descrevê-la ou demarcá-la como uma área multidisciplinar, é preciso reconhecer que essa foi – e é – uma área de disputa.” (LOURO 2000, p.64)

2.1. Pedagogia do Armário: Aprisionando vivências

Em entrevista à “Revista Diversidade e Educação”, Junqueira (2014) estabelece o conceito de pedagogia do armário tão tradicional nos modelos de ensino de nossas escolas. Para ele:

A pedagogia do armário é constituída de dispositivos e práticas curriculares de controle, humilhação, silenciamento, invisibilização, ocultação e não nomeação que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, (des)legitimação de corpos, sujeitos, saberes, práticas e identidades, e de subalternização, marginalização, estigmatização e exclusão (p.06)

Isso implica dizer que todos os sujeitos do cotidiano escolar, sejam estes alunos, professores, gestores e demais funcionários, são submetidos a esses processos que, embora sutis em determinados momentos, produzem marcas em maior ou menor intensidade em quem os vivencia.

Quando a escola utiliza suas linguagens e normas a fim de estabelecer ou legitimar padrões aceitos socialmente como ideias, todos aqueles que não se enquadram nesse modelo são vistos como anormais, assim, abre-se espaço para a manifestação da homofobia (SILVA & JÚNIOR, 2016).

Uma pesquisa realizada em 2009 pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em escolas públicas brasileiras estimou que 87% da comunidade escolar apresenta preconceito contra homossexuais.

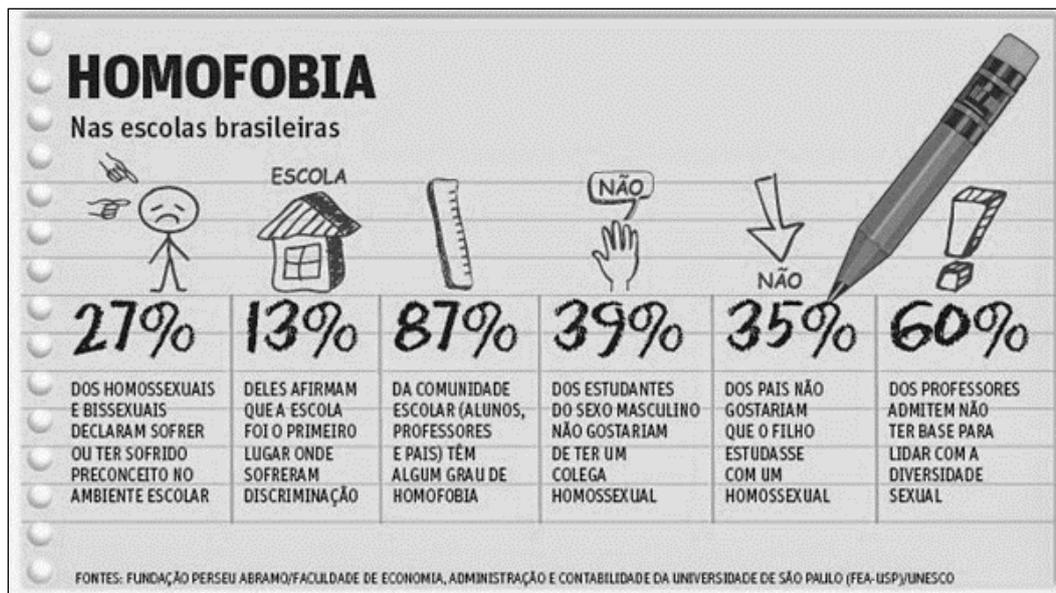


Figura 7 Homofobia nas escolas brasileiras Fonte: FEA-USP, 2009

Seguindo a mesma investigação, Maio & Júnior (2011) apresentam a pesquisa realizada pela organização não governamental (ONG), Reprolatina- Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva. Através dela, afirma-se que:

[...] as consequências da homofobia são muito prejudiciais para adolescentes LGBT e inclui tristeza, baixa auto-estima, isolamento, violência, abandono escolar e até o suicídio. Especialmente travestis e transexuais não podem continuar na escola por ser a escola um ambiente hostil para eles/as. Também nesse ponto há necessidade de investigar melhor a situação de travestis e transexuais nas escolas e os motivos do abandono escolar. (p. 35-36)

Como resultado podemos observar um o elevado número de evasão escolar e, conseqüentemente, a baixa inserção nos mercados formais de trabalho. Segundo Indianara Siqueira (2016), transativista e idealizadora do Projeto PreparaNem, cerca de 90% das travestis estão inseridas no mercado da prostituição como única alternativa à sobrevivência. Em entrevista à “Tv Brasil”, ela também afirma que em 2014, apenas 95 pessoas transgêneras se inscreveram para realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no mesmo ano 84 foi o número de pessoas trans assassinadas vítimas da transfobia. Essa realidade nos faz refletir acerca nosso papel enquanto comunidade escolar e nossa responsabilidade para com esses grupos.

Ainda hoje, 2017, a Educação é um campo de disputas baseado nas controversas convicções políticas e religiosas, mesmo sendo a Educação e o Estado— por princípio — laicos. Entendendo a escola como espaço potencial para a transformação social e redução das

desigualdades, ela deve viabilizar a construção de culturas, políticas e práticas inclusivas (SILVA, 2005). Abordar a diversidade de gênero com naturalidade e como assunto que permeia o cotidiano escolar é fundamental.

Diante de tantos retrocessos, faz-se necessário compreender qual o respaldo legal para abordar tais questões e de que forma os PCN's se propõem a debater orientação sexual.

2.2. Bases legais em tempos políticos sombrios

Em abril deste ano, cedendo à pressão de grupos conservadores, o MEC retirou dos documentos oficiais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) todas as menções à “identidade de gênero” e “orientação sexual”. Dessa forma, trechos cruciais ao que se refere às questões de diversidade foram alterados com a falsa argumentação de reduzir as redundâncias nas redações oficiais.

A Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, em seu Artigo 1º, inciso III define que o Brasil tem por fundamento a dignidade da pessoa humana. No Artigo 3º estabelece que dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão I- construir uma sociedade livre, justa e solidária (...) IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. O Artigo 5º dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza sendo garantido a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. O inciso I determina, ainda, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e o inciso III estabelece que ninguém será submetido a tortura ou tratamento desumano ou degradante.

Apenas com esses artigos já é possível identificar a necessidade de abordar temas relativos à diversidade de gênero no currículo para desconstruir as violências e desigualdades que o próprio contexto escolar produz. Somente com o investimento em uma educação em sua forma mais ampla que promova a formação crítica e reflexiva, que reconheça as diferenças como inerentes aos indivíduos e não limitadoras destes, será possível – talvez – imaginar uma sociedade onde a dignidade das minorias bem como seu direito à vida, à liberdade e à segurança possam ser garantidos sem qualquer forma de discriminação. Como afirma Alexandre Bortolini, a superação das desigualdades tem que ser o meio e o objetivo.

Ainda segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Artigo 205 define que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, dessa forma cabe também à sociedade incentivar o pleno desenvolvimento do outro, tanto para o exercício da cidadania

quanto para a inserção no mercado de trabalho. Já o Artigo 206 dispõe que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (...)"(BRASIL, 1988)

Em consonância com o Art. 206 da Constituição, o Artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que regulamenta o sistema educacional brasileiro, acrescenta que o ensino será ministrado segundo os princípios do IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância; VIII- gestão democrática do ensino público; XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; e XII- consideração com a diversidade étnico-racial.

Uma breve conversa com pessoas transgêneras é o suficiente para perceber que as minorias estão desamparadas, seja pelas famílias - por vezes- intolerantes e pelo Estado que não garante sequer o acesso às salas de aula quanto mais a permanência nesses espaços.

O pleno desenvolvimento do outro pode ser alcançado quando a promoção do respeito às diferenças foi a regra e não exceção. É nosso papel como educadores promover um ambiente de acolhimento que incentive a permanência e o desenvolvimento dos estudantes e combativo ao bullying homofóbico e às demais formas de discriminação. Conforme afirma Silva (1996, p49) *apud* RIBEIRO (2012, p.06): “A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para promover a cultura de reconhecimento da pluralidade de identidades e dos comportamentos relativos à diferença” Sendo assim, abordar diversidade de gênero em nossas aulas é buscar cumprir aquilo que está estabelecido em lei.

Outro respaldo à inclusão desses temas no âmbito escolar é o inciso 7 do artigo 26 da LDB (1996). Segundo ele, a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais. Há também o inciso 9 do mesmo artigo, que desde 2014 afirma que:

Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e ao adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o **caput** deste artigo, tendo como diretriz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (BRASIL, 1996, Art. 26º, inciso IX)

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº13.005/2014 (BRASIL, 2014) representa mais uma garantia ao debate de gênero nas escolas. O PNE, no artigo 2º, define que são

diretrizes e metas da Educação pelo período de vigência de 10 a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” e também a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.”

A Resolução nº2, de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, estabelece que os projetos políticos pedagógicos das unidades educacionais que oferecem o ensino médio devem considerar:

[...] comportamento ético, como ponto de partida para o reconhecimento dos direitos humanos e da cidadania, e para a prática de um humanismo contemporâneo expresso pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade; reconhecimento e atendimento da diversidade e diferentes nuances da desigualdade e da exclusão na sociedade brasileira [...] (BRASIL, 2012, Incisos V e XIV, respectivamente, Art. 16º)

Este artigo também estabelece ser um compromisso das instituições ao elaborar seus projetos políticos pedagógicos a:

[...] valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas. (BRASIL, 2012, XV, Art.16º)

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), instituído pelo Decreto nº 7.037/2009) determina que:

“as unidades escolares devem orientar a definição de toda proposição curricular, fundamentada na seleção dos conhecimentos, componentes, metodologias, tempos, espaços, arranjos alternativos e formas de avaliação, tendo presente: (...) os direitos humanos como princípio norteador, desenvolvendo-se sua educação de forma integrada, permeando todo o currículo, para promover o respeito a esses direitos e à convivência humana. (BRASIL, 2009, Art. 13, inciso IV)

Por fim, a implementação de atividades e ações na escola que busquem o enfrentamento do sexismo, machismo e homofobia e promovam a equidade de gênero e valorização/aceitação das diversas identidades de gêneros e sexualidades tem respaldo em propostas do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008) e também no Programa Brasil Sem Homofobia (2004).

Conforme afirma o “Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras” (2017), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA):

Quando se reivindica, então, a noção de “igualdade de gênero” na educação, a demanda é por um sistema escolar inclusivo, que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Falar em uma educação que promova a igualdade de gênero, entretanto, não significa anular as diferenças percebidas entre as pessoas (o que tem sido amplamente distorcido no debate público), mas garantir um espaço democrático onde tais diferenças não se desdobrem em desigualdades. (BRASIL 2017)

Portanto, pensar num currículo pautado na diversidade não é uma ideologia. É uma necessidade, um direito e, acima de tudo, um dever legitimado e garantido pelas legislações em vigor.

CAPÍTULO 3: O QUE PENSAM OS PROFESSORES E ALUNOS SOBRE GÊNERO NA ESCOLA?

Este capítulo é uma construção a partir da análise dos sujeitos da pesquisa. Para estruturá-lo de forma a proporcionar melhor entendimento, o dividirei em momentos. No primeiro momento traçarei um perfil dos entrevistados respeitando o anonimato da pesquisa. A posteriori versarei sobre a experiência do projeto “*Divers(idades): Corpo, Gênero e Sexualidades na Escola*” e, então, tentarei responder a questão cerne desde trabalho a partir das vivências e falas destes sujeitos.

3.1. Os entrevistados – uma rápida análise de perfil

Foram entrevistados 10 professores atuantes no magistério. Não foi estabelecido um critério de idade, tempo de atuação, formação específica ou de orientação afetivo-sexual para delimitar a pesquisa.

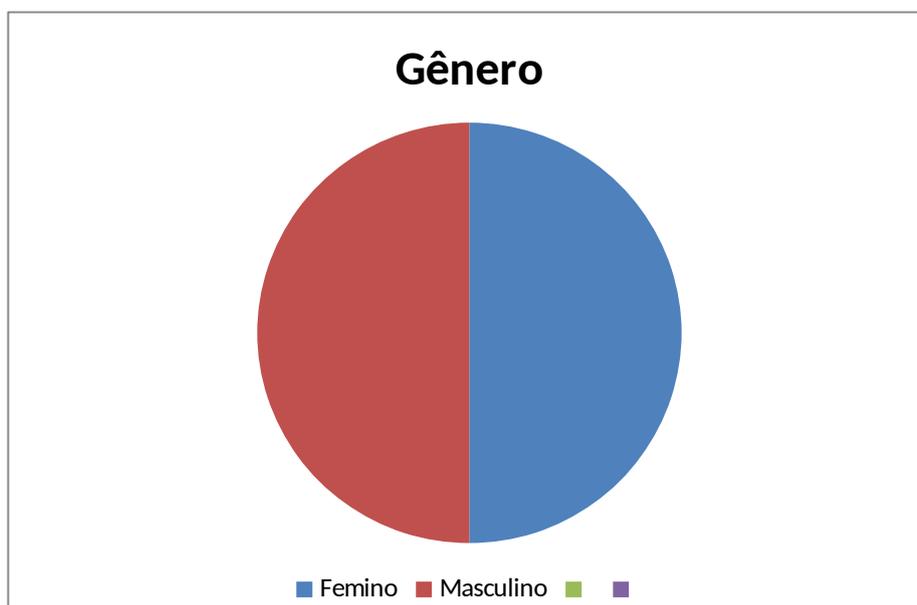


Figura 8 Gênero dos professores participantes da pesquisa

Ao receber os questionários, identificamos que o número de pessoas do gênero feminino foi o mesmo do gênero masculino. Em nenhuma das respostas foi possível identificar a orientação-afetivo sexual dos indivíduos. O segmento de atuação dos docentes também não foi explicitado, no entanto, não consideramos este dado visto que a intenção desta pesquisa é investigar o ambiente escolar como um todo e não suas especificidades.

Um aspecto interessante observado foi o aparecimento da expressão “Ideologia de Gênero” em duas falas.¹⁹

Em relação ao perfil dos discentes, a amostra foi composta pelos estudantes do projeto “*Divers(idades): Corpo, Gênero e Sexualidades na Escola*”. As são turmas compostas pelo 2º ano do ensino médio de uma Escola Pública na cidade do Rio de Janeiro. O número de pessoas varia anualmente entre 8 a 12 alunos. A faixa etária é entre 15 e 16 anos.

Ao longo dos três anos que acompanho o projeto foi possível identificar que o interesse por ele é enorme, sendo necessário realizar um sorteio para a composição das turmas em função da demanda.

A maioria dos estudantes que participaram se identificam como mulheres. Ao todo foram 7 discentes do gênero masculino para 24 do gênero feminino.

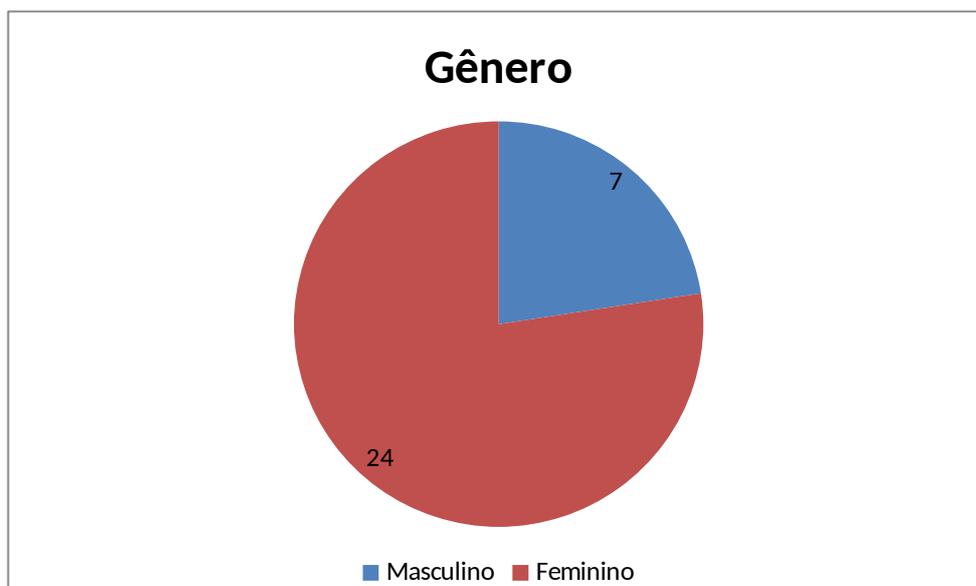


Figura 9 Gênero dos alunos participantes do curso , locus da pesquisa

A orientação afetivo-sexual não foi um fator relevante para a seleção. No entanto, ao longo desses anos percebi que os alunos veem neste local um espaço onde podem se abrir e serem verdadeiros. Embora essa nunca tenha sido uma questão, a maioria das falas no primeiro dia de aula cita as orientações sexuais como parte importante da apresentação. Alguns, inclusive, como motivos para terem escolhido este tema de trabalho.

¹⁹ Analisarei este dado no próximo subtítulo

3.2. “Divers(idades): Corpo, Gênero e Sexualidades na Escola” – um componente curricular fora do padrão

O projeto supracitado foi criado a partir da necessidade de trazer para dentro do cotidiano escolar discussões acerca à diversidade – seja ela de gênero, raça, padrões estéticos corporais, entre outras. Surgiu há quatro anos como parte de um componente curricular maior que busca a integração das diversas turmas da Escola privilegiando a construção de um currículo para a reflexão e cidadania.

A escola, como falam Silva e Junior (2016), “se apresenta como lugar restritivo que, na maioria das vezes, não cumpre seu papel de espaço propício às diversidades por conta de suas normas e regras” (p.32). Faz-se necessário possibilitar a existência desse espaço ou – ainda – de cria-lo quando não se apresenta.

Teorizar as concepções sobre o corpo, gênero e sexualidades são fundamentais ao entendimento das identidades e particularidades dos sujeitos inseridos no cotidiano escolar bem como uma ferramenta de enfrentamento aos preconceitos. Como afirma Goellner (2007):

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas (p.29).

O corpo é atravessado pela cultura. Como afirma Winnicott *apud* Maia e Vieira (2016, p.03), cultura significa tudo aquilo que o ser humano pode criar de forma original e vinculada com a experiência vivida. Como pode, então, a escola se manter à margem das vivências sociais e culturais que nos permeiam? Como podemos não considerar as relações estabelecidas na escola – e na vida – como produto da cultura e da sociedade que vivemos? Como nós, educadores, podemos ignorar isso? A resposta é simples. Não podemos.

Compartilho da concepção de Maia e Vieira (2016) ao dizerem que:

a sala de aula pode constituir-se como um e um lugar agradável, propiciador de uma aprendizagem significativa e prazerosa se o educador conseguir conciliar os objetivos educacionais com métodos que levem em consideração a importância do brincar na constituição do ser humano, desenvolvendo a subjetividade que impulsiona a construção de um ser autônomo, crítico e criativo (p.14-15)

A partir desta ideia de construção de um ser autônomo, crítico e criativo, surge a minha proposta de trabalho dentro da instituição na qual trabalho, que é caracterizada por ser fora dos padrões educacionais tradicionais, onde os corpos e identidades não são tolhidos, ao contrário, adquirem protagonismo, significados e se relacionam socialmente. Segundo Andrade (2009), a intenção é construir uma proposta que:

vise articular seriamente a cultura escolar e a diversidade cultural dos/as estudantes deve levar a uma análise de diferentes elementos, tais como: a linguagem e o comportamento dos/as professores/as; os exemplos utilizados em sala; as relações entre os/as estudantes; os preconceitos presentes no ambiente escolar; os conteúdos curriculares; a formação inicial e continuada dos/as professores/as; os materiais didáticos; os processos de avaliação, entre tantos outros elementos. (p. 43)

Assim, a sala de aula na instituição onde atuo como docente passou a ganhar novas possibilidades, o processo de trabalho é construído coletivamente e por meio de parcerias (com pesquisadores, instituições de saúde, outros professores, outros estudantes, militantes, ONG's, etc.). As propostas para as aulas são criadas no primeiro dia de aula a partir dos interesses da turma e são, permanentemente, conversadas, adequadas e revisadas.

O objetivo da proposta aqui analisada sempre é promover a autonomia dos alunos. Como fala Fernandez (2001) *apud* Maia e Vieira (2016) “a autoria de pensamento é condição para a construção da autonomia da pessoa que, por sua vez, favorece a autoria de pensar. À medida que alguém se torna autor, poderá conseguir o mínimo de autonomia” (p.10).

Apesar de saber ser necessário eu queira trazer formalmente a matriz curricular do projeto, isso se torna impossível dada a complexidade e versatilidade do currículo. Em quatro anos, foram quatro formas diferentes de abordar diversidade em sala de aula. E assim sempre será visto que cada turma é diferente, com personalidades e interesses distintos. Mesmo assim, exemplifico uma grade geral que norteia meu trabalho dentro do curso que estamos analisando nesta pesquisa para que seja entendida a dinâmica do mesmo (vide apêndice 1).

3.4 O que dizem as vozes da Escola?

As vozes da Escola são compostas por um polifonismo, ou assim deveria ser. Na pesquisa desenvolvida nesta monografia tivemos dois públicos diferentes: alunos que participaram do Projeto Divers(idades): Gênero, Corpo e Sexualidades na Escola e professores que fazem parte de um grupo de discussão, sendo todos eles docentes da escola básica pública ou particular.

Escolhi esses dois públicos devido a um impasse que a própria pesquisa me impôs. Os alunos estavam inseridos no projeto e, dessa forma, percebemos a unissidade da resposta destes frente à pergunta do questionário a eles aplicado. Para sabermos se em outros espaços o unísono encontrado por aqueles que escolhiam fazer o projeto e a questão central desta monografia, procuramos ouvir professores que não estivessem inseridos na instituição onde trabalho, já que a probabilidade de igualmente haver um eco das falas dos alunos era alto. Assim, entramos em contato com um grupo do facebook, no qual o Prof Jonathan Aguiar – CAP-UFRJ ²⁰ faz parte, e explicamos a pesquisa, seus objetivos e foi feito o convite de participarem da mesma respondendo à pergunta Você considera que há espaço para a discussão sobre gênero no espaço escolar? Como já foi explicitado, 10 professores enviaram pelo facebook seus posicionamentos. Desta forma pudemos fazer um cruzamento de idéias entre aqueles que possuem um espaço onde exprimir seus saberes e posições sobre o tema e aqueles que, mais velhos e já docentes, inseridos em outros contextos, poderiam responder.

Ao analisar a fala dos professores é possível identificar que não há unanimidade sobre a importância da existência de um espaço para discussão sobre diversidade de gênero dentro dos muros escolares. Dois dos professores entrevistados se posicionaram contrários à essa abordagem na escola. Para o PROFESSORES 5 e 10:

“Escola é lugar de aprender português e matemática. O resto é responsabilidade da família. A melhor pessoa pra ensinar isso é pai e mãe.” (PROFESSOR 5)

“(…)acho que espaço para discutir isso com crianças ainda em formação, na educação infantil ou até mesmo fundamental, não vejo com bons olhos. Você sabe que professores são formadores de opiniões e influenciam, e muito, a vida de seus alunos, e se quiserem podem "formatá-los" de acordo com suas convicções e ideais (..)” (PROFESSOR 10)

²⁰ O prof Jonathan Aguiar faz parte do grupo de pesquisa LUPEA, do Programa de Pós Graduação em Educação e é pesquisador deste grupo assim como a autora desta monografia, daí a possibilidade de haver esse outro espaço de olhar e escuta, já que o professor conhece o trabalho de pesquisa e de docência de Simone Ribeiro

Foi perceptível também a constante comparação entre as disciplinas de português e matemática e as possibilidades de trabalho na área de gênero, como se houvesse juízo de valor destas.

“(…)quando falarem que escola é lugar de aprender matemática e português, temos que dizer que a escola é um espaço de socialização para formar cidadãos que saibam conviver em sociedade, e essa convivência só é possível respeitando as diversidades que a escola proporciona.” (PROFESSOR 2)

“Escola é lugar de aprender português e matemática(…)” (PROFESSOR 5)

“(…)vivemos num mundo de multiplicidade e diversidade, cabe aos professores ensinar isso na escola, não apenas o português e a matemática (…)” (PROFESSOR 7)

A expressão “ideologia de gênero” foi dita pelo PROFESSOR 1 e pelo PROFESSOR 10, embora utilizadas em contextos diferentes. O primeiro relata uma situação de resistência enquanto o segundo demonstra um posicionamento:

“Na minha cidade existe um projeto da Universidade que promove a discussão dentro do espaço escolar. Porém, mês passado a Câmara de Vereadores fez um estardalhaço afirmando que isso seria "Ideologia de Gênero" - estamos lutando, aos poucos, resistindo sempre. Inclusive a Universidade já se posicionou e os/as vereadores/as da base do governo também estão a favor das discussões dentro das escolas.” (PROFESSOR1)

“Esse assunto é muito abrangente e controverso, não sou a favor da ideologia de gênero e acho que espaço para discutir isso com crianças ainda em formação, na educação infantil ou até mesmo fundamental, não vejo com bons olhos.” (PROFESSOR 10)

Cabe dizer que a expressão Ideologia de Gênero ganhou notoriedade recentemente e vem sendo largamente difundida por grupos conservadores – seja na educação ou na política – numa tentativa de desqualificar a promoção da igualdade de gênero nas escolas. Tais grupos distorcem as teorias que defendem a construção sócio-histórica do gênero, tratando-a como doutrinação. Como afirmam Reis e Eggert (2017),

O termo ideologia de gênero foi utilizado por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher (...) afirmando que ideologia de gênero significa a desconstrução dos papéis tradicionais de gênero.(...) Importante destacar que nenhum dos Documentos Finais das Conferências de Educação de 2008, 2010 e 2014, nem a versão inicial do Plano Nacional de Educação, fazem menção do termo “ideologia de gênero”, e sim têm por objetivo garantir o alcance da equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual (p.17)

A preocupação com o conservadorismo crescente foi explicitada ao falar sobre a existência dos espaços para a discussão em salas de aula pelo PROFESSOR 4, segundo ele:

“Espaço há, assim como há espaço para os conservadores te perseguirem até no banheiro.”

Ainda analisando a possibilidade de inserção do debate sobre diversidade de gênero na escola, faço um contraponto entre as falas dos PROFESSORES 2 e 9. Ambos afirmam que o espaço existe, no entanto, o primeiro acredita ser transversal à todas as disciplinas enquanto o segundo vê necessidade de inseri-lo em aulas como cidadania.

“Claro que há! Em todas as disciplinas!
Eu sou prof. de química e trabalho questões de gênero nas minhas aulas. Quanto mais tentam nos calar, mais temos que ser resistentes e levar esse debate para a escola. E mais: quando falarem que escola é lugar de aprender matemática e português, temos que dizer que a escola é um espaço de socialização para formar cidadãos que saibam conviver em sociedade, e essa convivência só é possível respeitando as diversidades que a escola proporciona” (PROFESSOR 2)

“Sim. Apenas não pode ser um assunto "jogado ao vento", tem que ser bem planejado, de modo que não levante dúvidas sobre o seu propósito. É um bom assunto para ser incluído nas aulas sobre cidadania e respeito ao outro e à diversidade.” (PROFESSOR 9)

Uma fala muito interessante diz respeito à formação continuada dos professores e da necessidade do envolvimento de todos os membros da comunidade escolar.

“A escola deve ser o local mais democrático para conversas e debates. É importante que gestores e professores estejam aberto perante as diversidades. Se faz necessário uma formação continuada com psicólogos e professores que possam explicar melhor sobre o tema. E que isso possa refletir para os alunos.
A escola deve ser o espaço onde esses debates possam ampliar conhecimentos referentes a atualidade, agregando, reconstruindo valores.” (PROFESSOR 6)

Essa colocação concorda com o posicionamento da professora Viviane Mello de Mendonça, professora do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da Ufscar, em entrevista ao Geledes²¹ ao afirmar que:

É necessário que a formação de professoras e professores tenham debate mais aprofundado sobre as questões de gênero e sexualidade, com disciplinas obrigatórias que tratem do tema. É fundamental também que se desconstruam as resistências para se falar da diversidade sexual e das diferenças, bem como das desigualdades

²¹ <https://www.geledes.org.br/nao-e-ideologia-de-genero-e-educacao-e-deve-ser-discutido-nas-escolas-diz-pesquisadora/>

persistentes e estruturais em nossa sociedade que são, sim, produtoras das violências.

Por fim, o depoimento do PROFESSOR 7 me chamou bastante atenção por atribuir à todos, a responsabilidade de transformação social. De acordo com ele:

“Escola é lugar de reflexão, criticidade e de complexificar o dualismo causal-linear que insistem em achar que é sinônimo do real. Enquanto alguns aí seguirem achando que escola é somente lugar de ensinar português e matemática continuaremos a ter preconceitos nas ruas, pessoas morrendo por discriminação, manipulação em massa por parte de políticos e uma sociedade que só pensa no próprio umbigo. Vivemos numa era da informação, repassar conteúdos já deixou de ser responsabilidade exclusiva da escola, a esta cabe sobretudo dar significado social a esses conteúdos, discutindo questões variadas. Essa é a escola que defendo, uma escola emancipadora e não reprodutora de estigma, pois quando você diz, numa sociedade lgbtfóbica (odeio a sigla, mas é o que temos), que sexualidade e gênero não são assuntos pra escola tu estás a posicionar-se de forma favorável aos preconceitos, pois não fazer nada para mudar o status quo também é fazer alguma coisa em favor de sua manutenção.”

Tal convicção remete diretamente à concepção de Educação Marxista defendida por Pereira e Ramos (2006) onde “A educação somente pode ser validada se for colocada como um poderoso instrumento contra a cultura da barbárie, de modo a combater impulsos de destruição existentes em sociedades om alto grau de desenvolvimento tecnológico.” (p.15)

Diferentemente dos professores, grupo dos alunos foi questionado sobre a importância – ou não – de existir um espaço que proporcionasse esse tipo de discussão dentro da escola. A pergunta a eles feita Foi: Vocês consideram importante – ou não – um espaço para o debate sobre diversidade de gênero na escola? Por quê? A mudança de pergunta do grupo dos professores para o grupo de alunos se deu em função de estudarem no local onde este projeto está sendo desenvolvido e, portanto, seria redundante questionar a existência do espaço.

Podemos perceber, a partir da leitura das respostas dadas, que todas as respostas/falas dos alunos, em uníssono, afirmam a importância do desenvolvimento do projeto, algumas falas apontam para a necessidade de ampliar o debate para além dos muros das escolas:

“Concluo que SIM é importante e tem acrescentado muito, minhas discussões não são mais as mesmas, minha coragem de falar mudou. É incrível ter um espaço no qual você pode se expressar, principalmente quando falamos de gênero (algo tabu)” (ALUNO 1)

“Sem o entendimento damos margem à ignorância. Refletindo em todas essas questões e muito mais posso dizer que o projeto é essencial na construção de bons alunos e pessoas, então esse espaço deveria estar em todo lugar”. (ALUNO 4)

“Esses assuntos não deveriam ser tratados só na minha escola, mas também em todas as escolas do Brasil e do mundo”. (ALUNO 6)

“Acho que esse tema é muito importante e tem que ser discutido em todas as escolas”. (ALUNO 8)

“Acho essencial esse projeto, não só na escola, mas em outros lugares” (ALUNO 9)

As “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica” (2013), relativas à Educação Inclusiva, afirmam que:

(...)a educação escolar deve fundamentar-se na ética e nos valores da liberdade, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade, cuja finalidade é o pleno desenvolvimento de seus sujeitos, nas dimensões individual e social de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, comprometidos com a transformação social. (BRASIL, 2013, p.07)

Esse compromisso para com a transformação social pode ser observado na maioria das falas. Assim como na vivência em sala de aula, muitos relatam um amadurecimento interno sobre diversas questões antes tabus e consideram importante para romper preconceitos e estereótipos.

“A discussão de diversidade de gênero é importante nas escolas para que possamos aprimorar nossos conhecimentos com o objetivo de nos desconstruirmos para, então, não reproduzirmos preconceito”. (ALUNO 3)

“Discutir sobre questões raciais não é algo que eu gostaria de discutir mas tem que ser discutido. Assim como as mulheres não gostariam de estar tendo de lutar pela sua igualdade e por respeito, mas é necessário. A igualdade de gênero é algo que eu já opinava a favor mas ganhei mais bagagem para ajudar/entender a causa e, assim na minha posição, poder ajudar quebrando as ideias construídas na mente de amigos meus sobre objetificação da mulher pela mídia, das questões de diminuição do gênero feminino e, então fazê-los escutar de alguém que vai ter sua atenção”. (ALUNO 4)

“(…) nos faz refletir em: porque eu olhei pra aquela travesti com olhos diferente? Por que eu pensei que minha amiga bissexual era diferente de mim? o que me levou a pensar assim? perguntas que antes eu me fazia mas que hoje depois dessa disciplina eu consigo responder para mim mesma e até para outras pessoas.” (ALUNO 11)

“Na minha opinião, as aulas foram bastante produtivas e me fizeram pensar sobre vários assuntos e também mudar minha visão de mundo”. (ALUNO 12)

“A experiência com a disciplina de corpo, gênero e sexualidade acho que ultrapassou as expectativas, pois ao escolher eu pensei que só iria saciar algumas curiosidades e esclarecer alguns termos, mas ao decorrer do ano, eu aprendi desde significados a um próprio amadurecimento interno” (ALUNO 13)

Parte da proposta era relacionar a temática com o cotidiano, aproximando as vivências dentro da escola com àquela fora dela. Levando em consideração que são indivíduos inteiros, suas experiências particulares não são restritas a um universo ou outro, elas se mesclam

formando valores que permeiam a vida como um todo. Foi interessante, ao longo dos anos, discutir questões a partir de episódios vivenciados e trazidos por eles – como o Projeto Brasil Sem Homofobia, legalização do aborto, machismo no ambiente escolar, entre outros. Refletir com eles sobre nossa sociedade foi um dos pontos mais produtivos de todo o processo e isso, pode ser percebido em algumas falas como, por exemplo:

“(…)a sociedade em geral tenta nos alienar com seus ideais todo dia e quando não sabemos que há resistência desta normatividade, podemos achar que estamos enlouquecendo por não concordar com elas.” (ALUNO 2)

“O sistema em que vivemos desde muito tempo é extremamente intolerante, preconceituoso, violento e ignorante. Quando paramos para observar a importância dessa discussão, vemos que abrange muitas vertentes do conhecimento” (ALUNO 4)

“Esse espaço na escola é de extrema importância, pois falamos sobre assuntos super importantes e que não são muito abordados dentro das escolas, porém muito frequentes dentro delas. Além de importantes, são assuntos presentes no nosso cotidiano, tanto em casa, quanto na escola ou em qualquer lugar.” (ALUNO 6)

“(…)o nosso grupo, aborda questões que devem e precisam ser discutidas nas escolas, principalmente como forma de orientação e de troca. Ideal inclusive para a diminuição do preconceito e do machismo, já que o assunto é abordado de forma que possa abrir os olhos das pessoas numa ótima fase para chegar a este conhecimento” (ALUNO 7)

“O projeto Corpo, Gênero e Sexualidade é muito inovador à medida em que se discute assuntos polêmicos e de extrema relevância, como já diz o nome. Além de que, é aberto, sempre pronto para aderir quaisquer discussões que ocorram ao longo das aulas. Sem seguir calendários fechados, o aluno se torna protagonista e o cenário brasileiro e mundial se impõe, assim, nós alunos podemos estar discutindo diretamente o que está acontecendo no mundo, as campanhas feministas atuais, as pequenas e progressivas conquistas das minorias, etc” (ALUNO 10)

“Os temas: a cultura do estupro e o machismo que são bastante interligadas fez também com que eu entendesse um pouco mais como é a sociedade em que vivo, como ela pensa e o por que ela pensa desse modo”. (ALUNO 11)

Cabe salientar que este modelo flexível de construção dos conteúdos e espaços em sala de aula está amparado pelas “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Educação Básica: diversidade e inclusão” (2013) que afirma que “a escola é uma organização temporal, que deve ser menos rígida, segmentada e uniforme, a fim de que os estudantes, indistintamente, possam adequar seus tempos de aprendizagens de modo menos homogêneo e idealizado” (p.20).

Por fim, e não menos importante, talvez a maior conquista deste projeto tenha sido criar um espaço de acolhimento dentro de uma sociedade – por vezes – tão hostil. Incentivá-los a criar, serem autores de seus pensamentos e de escritores das suas próprias histórias.

“Esse espaço é uma oportunidade para sermos verdadeiros e descobrir mais sobre a gente e sobre o mundo de uma forma agradável.” (ALUNO 5)

“Apesar desse modelo acolhedor e aberto ser uma proposta da escola como um todo (...) foi no projeto onde eu senti isso na pele. A importância disso tudo é que eu pude me colocar, expor minhas ideias, pontos de vista, debater e discutir assuntos de extrema relevância, mas que são quase sempre ignorados. Foi onde eu, minoria, finalmente me senti protagonista em uma sala de aula. Me senti à vontade, "em casa". Sem receios, medos, vergonhas. (...) O que quero dizer é que se construiu o espaço acolhedor de fato. Mesmo sem a integração esperada, me senti acolhida, me senti protagonista como já dito anteriormente” (ALUNO 10)

Se pudséssemos ouvir todas essas falas, de alunos e professores, como em um coro de vozes, teríamos a expressão plena da necessidade de falarmos sobre gênero na escola e fora dela.

Vozes ecoam no Slam das Minas, que tem como norte uma batalha de poesia falada entoando no Brasil e no mundo. Um eco das nossas histórias e vivências, marcado por lutas e resistências. O “Slam das Minas veio criar um espaço seguro e acolhedor para mulheres e lésbicas poetizarem!” (<https://www.facebook.com/pg/slamdasminasDF>).



Figura 10 Slam das Minas (Fonte: SLAM DE MINAS²²)

Vozes são ouvidas igualmente em espaços promovidos pela iniciativa "Mulheres que Escrevem"²³, uma iniciativa que busca criar um espaço de mobilização e visibilidade para a produção cultural e literária de autoras mulheres. Através de uma curadoria marcada pela sensibilidade, é possível perceber a diversidade de mulheres – lésbicas, trans, negras, cisgêneros, etc- em um universo ainda tão masculino. (<https://medium.com/mulheres-que-escrevem>)

²² SLAM DE MINAS. LINK:

<https://www.facileme.com.br/app/uploads/109156c36718ea5ae3d7bdcfab0e531b.png> ACESSO: 17/12/2017.

²³ MULHERES QUE ESCRIVEM. LINK: <https://www.revistaforum.com.br/ativismodesofa/wp-content/uploads/2016/12/mulheres-que-escrevem.png> ACESSO: 17/12/2017.



Figura 11 Mulheres que escrevem (FONTE: MULHERES QUE ESCREVEM)

Outro espaço de luta e discussão é a Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA), uma organização feminista que desde 1997 atua na promoção dos direitos das mulheres e fortalecimento da autonomia destas. Promove cursos e eventos para conscientização e disseminação do feminismo. (<https://www.facebook.com/camtra.cmt/>).



Figura 12 CAMTRA casa da mulher trabalhadora FONTE: CAMTRA²⁴

²⁴ CAMTRA. LINK:

http://www.mamu.net.br/wp-content/uploads/2016/04/12631304_1676419962598108_8072207773580631027_n.png ACESSO: 17/12/2017.

No território de Manguinhos, o grupo “Seja Diferente, seja Você” formado por funcionários da Clínica da família Victor Valla, desenvolve um trabalho junto à população LGBT e seus familiares, promovendo o acolhimento e informação.



Figura 13 Seja diferente

FONTE: ACERVO PESSOAL

Há ainda Fundo de Investimento social ELAS. É o primeiro fundo de investimento dedicado ao desenvolvimento de mulheres – jovens e adultas – com o objetivo de garantir o protagonismo dessas mulheres enquanto agentes transformadores da sociedade. (<http://www.fundosocialelas.org/> <https://www.facebook.com/fundosocialelas/>.)



Figura 14 Fundo social Elas

FONTE: FUNDO SOCIAL ELAS²⁵

São muitos os espaços como esses e nenhum habita a escola. Diante das falas dos alunos e dos professores temos um contraste de ideias que demonstra exatamente a necessidade de discutirmos gênero nas escolas e disseminar o conhecimento desses espaços de aprendizagem não formal.

Se ouvirmos o PROFESSOR 4 - Espaço há, assim como há espaço para os conservadores te perseguirem até no banheiro. E o PROFESSOR 5 - Escola é lugar de aprender português e matemática. O resto é responsabilidade da família. A melhor pessoa pra ensinar isso é pai e mãe. **Já temos delineado o conflito que existe no centro do pensar sobre o gênero. Família? Conservadores? Perseguição?**

O PROFESSOR 7 retrata o Sistema no qual vivemos, e defende a livre expressão e discussão na escola e fora dela. “Vivemos numa era da informação, repassar conteúdos já deixou de ser responsabilidade exclusiva da escola, a esta cabe sobretudo dar significado social a esses conteúdos, discutindo questões variadas. Essa é a escola que defendo, uma escola emancipadora e não reprodutora de estigma, pois quando você diz, numa sociedade lgbtfóbica (odeio a sigla, mas é o que temos), que sexualidade e gênero não são assuntos pra escola tu estás a posicionar-se de forma favorável aos preconceitos, pois não fazer nada para mudar o status quo também é fazer alguma coisa em favor de sua manutenção.”

Já o PROFESSOR 10 enfatiza uma questão que não pode ser ignorada quando diz que na Educação Infantil há questões quanto a se discutir gênero em crianças em formação. “Esse assunto é muito abrangente e controverso, não sou a favor da ideologia de gênero e acho que

²⁵ FUNDO SOCIAL ELAS. LINK: https://pbs.twimg.com/profile_images/499296625055899649/-MMmSxMZ.png ACESSO 17/12/2017.

espaço para discutir isso com crianças ainda em formação, na educação infantil ou até mesmo fundamental, não vejo com bons olhos”

Mas este mesmo professor nos diz que “Se todos pensassem igual o mundo seria uma M*****”. Concordamos que se tivéssemos cabeças formatadas o mundo seria mesmo uma M*****.

Interessante perceber o eco das falas dos professores da pesquisa, que não conhecem os alunos participantes do projeto e as falas desses mesmos alunos.

O ALUNO 4 marca o quanto não gostaria de discutir sobre questões raciais, mas que isso tem de ser discutido. Indo além ele enfatiza “Assim como as mulheres não gostariam de estar tendo de lutar pela sua igualdade e por respeito, mas é necessário Então, penso que o espaço reservado para a discussão de gênero, corpo e sexualidade não só é importante, como também é essencial.” Igual a muitos professores, o aluno 4 denuncia o sistema no qual vivemos e afirma que “O sistema em que vivemos desde muito tempo é extremamente intolerante, preconceituoso, violento e ignorante.”

A ignorância, a violência e a intolerância estão presentes quando o assunto é o diferente de uma norma vigente, e temos, como foi mostrado tanto teoricamente quanto nas falas dos sujeitos desta pesquisa, que falar sobre isso. Senão não haverá espaço para vozes como as do ALUNO 10, quando mostra que cabe a escola ser um espaço de não segregação, onde haja de fato inclusão e não a construção de um modelo a ser seguido para agradar não sabemos o que ou a quem. Diz-nos o aluno 10: “A importância disso tudo é que eu pude me colocar, expor minhas ideias, pontos de vista, debater e discutir assuntos de extrema relevância, mas que são quase sempre ignorados. Foi onde eu, minoria, finalmente me senti protagonista em uma sala de aula. Me senti à vontade, "em casa". Sem receios, medos, vergonhas.”

Que possamos ver nas escolas o que já percebemos nas ruas e nos espaços não formais de educação, grupos, expressões culturais e de luta. Listamos algumas outras para que igualmente esses movimentos tenham voz dentro da Academia, lugar onde estou e habito, lugar onde escrevi esta monografia.

Grupos	Links
Fundo de investimento social ELAS	http://www.fundosocialelas.org/ e https://www.facebook.com/fundosocialelas/
Coletiva Sapa Roxa	https://saparoxa.wordpress.com/ https://www.facebook.com/saparoxa/
Grupo Conexão G de cidadania LGBT em favelas	https://www.facebook.com/GrupoConexaoG/
Prepara Nem: Pré vestibular comunitário que visa atender às pessoas transexuais e travestis	https://www.facebook.com/PreparaNem/
Casa Nem: é um espaço de acolhimento para pessoas LGBTI's em situação de vulnerabilidade social. com foco em travestis e transgeneres. Além do Prepara Nem tem outros projetos como Libras, costura...	https://www.facebook.com/casanemcasaviva/
Think Olga: uma organização sem fins lucrativos que acredita no empoderamento através da informação.	https://www.facebook.com/thinkolga
Coletivo Elas Existem - Mulheres encarceradas, para dar visibilidade à mulheres em situação de cárcere e meninas que cumprem medidas socioeducativas de internação no Brasil	https://www.facebook.com/ElasExistem/ https://elsexistem.wordpress.com/
Grupo TamoJuntas, formado por advogadas, assistentes sociais, psicólogas e pedagogas feministas lutando contra o machismo, por justiça, direitos e empoderamento. Elas fazem atendimento gratuito para mulheres em situação de violência, realizam mutirões e etc	https://www.facebook.com/tamojuntas/
Canal Sobre Elas: denuncia o machismo no audiovisual	https://www.facebook.com/canalsobreelas/

Figura 15 Movimentos e grupos de debate sobre gênero

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do velho ao jovem

Na face do velho
as rugas são letras,
palavras escritas na carne,
abecedário do viver.

Na face do jovem
o frescor da pele
e o brilho dos olhos
são dúvidas.

Nas mãos entrelaçadas
de ambos,
o velho tempo
funde-se ao novo,
e as falas silenciadas
explodem.

O que os livros escondem,
as palavras ditas libertam.
E não há quem ponha
um ponto final na história
(...)

Nos olhos do jovem
também o brilho de muitas histórias.
e não há quem ponha
um ponto final no rap
É preciso eternizar as palavras
da liberdade ainda e agora...”

Conceição Evaristo em “Poemas da recordação e outros movimentos”

Início minhas considerações finais assim como iniciei esta pesquisa, com um poema de Conceição Evaristo. Poeta da resistência. Poeta da *escrevivência*.

O primeiro – Meia Lágrima – nos fala em determinado momento sobre (re)encontrar a voz anterior, emudecida porém dotada de sentidos. E que assim, no grito, o silêncio seja rompido. Tarefa difícil quando vivemos momentos políticos sombrios, marcados por um conservadorismo crescente que regula e normatiza a sociedade. Um conservadorismo que assusta, agride e – muitas vezes, tira nossa voz.

Daí a escolha do segundo poema – Do velho ao jovem - por acreditar que somente através desse caminhar que se faz junto, entrelaçando a experiência e o brilho nos olhos, o silêncio deixará de ser ensurdecador e as palavras, vozes e vivências se farão ouvidas.

Até o término desta pesquisa mais uma proposta de alteração da BCCN estava aguardando votação para alterar trechos significativos ao que diz respeito da temática desta.

Optei por apontar essa questão porque ela demonstra que ainda temos um longo caminho pela frente e – sinceramente – não posso garantir que algumas das leis que cito enquanto embasamento para construção desses espaços não serão revogadas.

Considerando tudo o que foi visto até aqui, acredito ser fundamental possibilitar a criação de espaços no cotidiano educacional para reflexão sobre a diversidade de gênero que nele – e também fora dele – se apresenta. Espaços estes que sejam diferenciados e propiciem o acolhimento de todos os envolvidos neste processo, o que não tem acontecido na maioria das instituições. Embora os PCN's definam orientação sexual como tema transversal às disciplinas, essa não é a realidade das escolas brasileiras. Na prática, os professores desconhecem as diretrizes estabelecidas pelos parâmetros ou tratam do tema com abordagem reducionista. Como afirma Andrade e Bastos (2016, p.57): “O argumento dos PCN privilegia a percepção da sexualidade enquanto resultado da natureza e da biologia dos seres humanos, ao passo que dispensam aspectos que envolvem a pluralidade de experiências e a importância da diversidade cultural” .

É inconcebível pensar em uma escola inclusiva, de fato, sem que haja um esforço coletivo para erradicar toda e qualquer forma de preconceito e discriminação. Conforme afirma Silva (1996) *apud* Ribeiro (2012):

“A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade de identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar as relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou exclusão que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar (idem, p.06)

É importante lembrar que o ensino de diversidade de gênero tem respaldo legal em todos os documentos oficiais da Educação Brasileira, bem como na Constituição Federal da República do Brasil e, como neste caso a pesquisa se realizou com estudantes do ensino médio, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O que eu espero com este trabalho, mais que concluir alguma coisa é deixar em aberto, provocar a reflexão e fazer um convite a todos vocês, leitores, a conversar com a diversidade em seus espaços de atuação.

Não dá para mantermos nossos olhos fechados para o machismo, sexismo, homofobia, transfobia e outras formas de discriminação. Os índices de violência motivada por ódio são altíssimos no Brasil e sustentar esse número não é uma estatística para se orgulhar.

Cabe a nós, educadores, fazer o que for possível dentro de nossas esferas de alcance. Não basta ser contra o preconceito, é preciso combatê-lo. Se não fazemos nada em prol de uma solução, permanecemos como parte do problema.

APÊNDICE 1 - PROPOSTA DE TRABALHO

Projeto Divers(idades): Gênero, Corpo e Sexualidades na Escola

Profas. XXX e Simone Ribeiro

Ano: 2015,2016, 2017 (Matriz base)

Objeto da atividade

<ul style="list-style-type: none">• Dimensão histórica do corpo, gênero e sexualidade• O corpo, gênero e sexualidade: as concepções sociais e culturais.• Masculinidades e feminilidades na dimensão do gênero e sexualidade• Tecnologias reprodutivas, direitos reprodutivos, maternidade, paternidade e as políticas de saúde• Identidades de gênero• Aborto e métodos anticoncepcionais• Violência de gênero• Cultura do estupro• Doenças Sexualmente Transmissíveis

Metodologia de trabalho

<ul style="list-style-type: none">• O eixo contará com a participação dos estudantes nas análises das políticas públicas e a sua interface com o corpo, sexualidade e gênero. Sendo assim, pretende-se analisar os materiais educativos relacionados à temática, numa abordagem crítica subsidiada pelas leituras propostas.• Se possível, realizar-se-á um trabalho de campo nas Unidades Básicas de Saúde para compreender a gestão do cuidado das políticas de saúde e a sexualidade e parcerias com movimentos da juventude relacionados à diversidade de gênero.
--

Cronograma de Atividades

Conteúdo	Recursos
Apresentação do Projeto; Apresentação da proposta de trabalho; Apresentação da turma; Atividade inicial: “Corpos Gêneros e Sexualidades”	Apresentação Dialogada Dinâmica lúdica
Conteúdo	Recursos
Trabalho em grupo para sugestão de temas.	Apresentação dialogada
Conteúdo	Recursos
- A mulher na sociedade - Comemoração do dia da mulher	Apresentação Dialogada Leitura de Textos
Conteúdo	Recursos
O corpo feminino ao longo da história Os padrões de beleza na sociedade e as relações de gênero	Apresentação Dialogada Vídeo

Conteúdo	Recursos
Corpo, Gordofobia e preconceitos	Debates Filmes Leituras
Conteúdo	Recursos
A história do feminismo Feminismo para quê?	Debates Filmes Leituras
Conteúdo	Recursos
Gênero como construção histórico-social	Apresentação Dialogada Vídeos
Conteúdo	Recursos
Identidades de gênero: Transgeneralidades	Ativista Convidado
Conteúdo	Recursos
Orientações afetivo-sexuais: homo, hétero, bi entre outras	Roda de Conversa Participação de coletivos LGBT (Secundaristas, Universitários e/ou da Comunidade)
Conteúdo	Recursos
Preparação para os seminários	Leituras Orientações
Conteúdo	Recursos
1º. Seminário Parcial	Data show Debates
Conteúdo	Recursos
1º. Seminário Parcial	Data show Debates
Conteúdo	Recursos
Violência de Gênero	Ativista/Pesquisador convidado Debates
Conteúdo	Recursos
Cultura do Estupro	Data show Mapa de Assédios (Think Olga) Debates
Conteúdo	Recursos
Aborto: Entre o direito e a Moral	Data show Ativista convidado Curta-Metragem Clandestinas Debates
Conteúdo	Recursos
Doenças Sexualmente Transmissíveis Métodos anticoncepcionais	Data show Debates Pesquisadores sobre DST's
Conteúdo	Recursos

Homofobia na Escola	Programa Brasil sem Homofobia Projeto Escola Sem homophobia Coletivos LGBT Debates
Conteúdo	Recursos
Preparação para o trabalho final Intervenções na Escola	Debates Leituras Cartazes Cartolinas Canetinhas Revistas
Conteúdo	Recursos
Seminário Final	Data show Debates
Conteúdo	Recursos
Seminário Final	Data show Debates

Tabela 5 Matriz do curso Gênero, Corpo e Sexualidades na Escola

Referências

1. Scavone, L. Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais. Editora Unesp, 2004.
2. Louro, GL. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Ed. Vozes, 1997.
3. Mello, L; Perilo, M; Braz, CA; Pedrosa, C. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. Sex., Salud Soc. (Rio J.) [online]. 2011.
4. Oldenberg, M. Gênero, "o Corpo" e "Imitação Prestigiosa" na Cultura Brasileira. Saude soc. [online]. 2011.
5. SCOTT, J.W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

APÊNDICE 2 – RESPOSTAS DOS PROFESSORES

<p>PERGUNTA: Você considera que há espaço para a discussão sobre gênero no espaço escolar?</p>
<p>PROFESSOR 1: Na minha cidade existe um projeto da Universidade que promove a discussão dentro do espaço escolar. Porém, mês passado a Câmara de Vereadores fez um estardalhaço afirmando que isso seria "Ideologia de Gênero" - estamos lutando, aos poucos, resistindo sempre. Inclusive a Universidade já se posicionou e os/as vereadores/as da base do governo também estão a favor das discussões dentro das escolas.</p>
<p>PROFESSOR 2 - Claro que há! Em todas as disciplinas!</p> <p>Eu sou prof. de química e trabalho questões de gênero nas minhas aulas. Quanto mais tentam nos calar, mais temos que ser resistentes e levar esse debate para a escola. E mais: quando falarem que escola é lugar de aprender matemática e português, temos que dizer que a escola é um espaço de socialização para formar cidadãos que saibam conviver em sociedade, e essa convivência só é possível respeitando as diversidades que a escola proporciona.</p>
<p>PROFESSOR 3 - Tem que garantir esse espaço. De uma forma ou outra</p>
<p>PROFESSOR 4 - Espaço há, assim como há espaço para os conservadores te perseguirem até no banheiro.</p>
<p>PROFESSOR 5 - Escola é lugar de aprender português e matemática. O resto é responsabilidade da família. A melhor pessoa pra ensinar isso é pai e mãe.</p>
<p>PROFESSOR 6 - A escola deve ser o local mais democrático para conversas e debates. É importante que gestores e professores estejam aberto perante as diversidades. Se faz necessário uma formação continuada com psicólogos e professores que possam explicar melhor sobre o tema. E que isso possa refletir para os alunos.</p> <p>A escola deve ser o espaço onde esses debates possam ampliar conhecimentos referentes a atualidade, agregando, reconstruindo valores</p>
<p>PROFESSOR 7 - Sempre há, ou, pelo menos deveria haver, pois vivemos num mundo de multiplicidade e diversidade, cabe aos professores ensinar isso na escola, não apenas o português e a matemática. Escola é lugar de reflexão, criticidade e de complexificar o dualismo causal-linear que insistem em achar que é sinônimo do real. Enquanto alguns aí seguirem achando que escola é somente lugar de ensinar português e matemática continuaremos a ter preconceitos nas ruas, pessoas morrendo por discriminação, manipulação em massa por parte de políticos e uma sociedade que só pensa no próprio umbigo. Vivemos numa era da informação, repassar conteúdos já deixou de ser responsabilidade exclusiva da escola, a esta cabe sobretudo dar significado social a esses conteúdos, discutindo questões variadas. Essa é a escola que defendo, uma escola emancipadora e não reprodutora de estigma, pois quando você diz, numa sociedade lgbtfóbica (odeio a sigla, mas é o que temos), que sexualidade e gênero não são assuntos pra escola tu estás a posicionar-se de forma favorável aos preconceitos, pois não fazer nada para mudar o status quo também é fazer alguma coisa</p>

em favor de sua manutenção.

PROFESSOR 9 - Sim. Apenas não pode ser um assunto "jogado ao vento", tem que ser bem planejado, de modo que não levante dúvidas sobre o seu propósito. É um bom assunto para ser incluído nas aulas sobre cidadania e respeito ao outro e à diversidade.

PROFESSOR 10 - Esse assunto é muito abrangente e controverso, não sou a favor da ideologia de gênero e acho que espaço para discutir isso com crianças ainda em formação, na educação infantil ou até mesmo fundamental, não vejo com bons olhos.

Você sabe que professores são formadores de opiniões e influenciam, e muito, a vida de seus alunos, e se quiserem podem "formatá-los" de acordo com suas convicções e ideais.

O que precisa ser feito é conversar sobre respeitar as diferenças, mesmo não pensando igual e sobre como todos devem e precisam ser respeitados em suas opiniões e escolhas.

Cada um tem seu ponto de vista, e somos cabeças pensantes, portanto uns vão concordar e outros não, mas nem por isso devemos tratar mal ou desrespeitar o outro, precisamos entender, mas sem que haja imposições ...tipo você tem que pensar como eu e pronto.

Se todos pensassem igual o mundo seria uma M****.

APÊNDICE 3 – RESPOSTAS DOS ALUNOS

PERGUNTA: Vocês consideram importante – ou não – um espaço para o debate sobre diversidade de gênero na escola? Por quê?

ALUNO 1: Em minha opinião, e por experiência própria, tenho certeza de que é de extrema importância o espaço para discutir diversidade de gênero na escola pelos seguintes pontos:

- **Informatividade:** As escolas no geral tendem a se importar com a informatividade do aluno perto do 9º ano visto que é uma época visada a concursos públicos de Ensino Médio, mas o que poucas dessas escolas sabem é que não adianta você “lotar” o aluno de informação (claro que filtrando algumas, os casos de escolas mais conservadoras). Quando o assunto é gênero, pior ainda, fazem o aluno de robô e o mesmo reproduz exatamente toda a informação que a escola dá, tirando a importância do interesse e da pesquisa. Com a pesquisa e a informatividade o aluno consegue uma forma de contextualização do pensamento utilizando-o para vida e escolhas.
- **Quebra de estereótipos:** Fazendo total ligação com a informatividade, podemos dizer que a discussão sobre a diversidade de gênero na escola tende a ser um espaço no qual afloram dúvidas, um local onde os alunos abrem um horizonte, saindo da caixinha da conservação. As famílias na maioria omitem dos seus filhos coisas com um certo medo de influenciarem em suas escolhas, porém não sabem que a partir do momento que se abre o horizonte para a situação e é dada a informação, o filho saberá o que se identifica e se permitirá ter certeza dessa escolha.
- **Direito de escolha:** Ao ser passada a informação, o aluno terá oportunidade de escolher, aprender e respeitar as escolhas do outro

Concluo que SIM é importante e tem acrescentado muito, minhas discussões não são mais as mesmas, minha coragem de falar mudou. É incrível ter um espaço no qual você pode se expressar, principalmente quando falamos de gênero (algo tabu)

ALUNO 2: Para mim, debater e aprender sobre a diversidade é extremamente necessário, pois a sociedade em geral tenta nos alienar com seus ideais todo dia e quando não sabemos que há resistência desta normatividade, podemos achar que estamos enlouquecendo por não concordar com elas.

E ter um espaço para debater isso na escola que é vista como o espaço mais “normatizador da nossa etapa da vida”. Por isso, eu adoro o projeto do fundo meu coração.

ALUNO 3: O espaço do projeto na grade curricular é importante pois é uma forma diferente de obter conhecimento e mais descontraído do que as demais aulas. E é uma forma também de aproximar as habilitações.

Seria legal se não fosse intercalado com a outra disciplina, poderia ser dividido de outra forma, por exemplo, seis meses para cada ou até mesmo excluir a outra disciplina.

A discussão de diversidade de gênero é importante nas escolas para que possamos aprimorar nossos conhecimentos com o objetivo de nos desconstruirmos para, então, não reproduzirmos preconceito.

ALUNO 4: Então, penso que o espaço reservado para a discussão de gênero, corpo e sexualidade não

só é importante, como também é essencial. O sistema em que vivemos desde muito tempo é extremamente intolerante, preconceituoso, violento e ignorante. Quando paramos para observar a importância dessa discussão, vemos que abrange muitas vertentes do conhecimento pois estamos falando sobre corpo e todas as questões que o envolvem, desde seu gênero biológico ou não até a sexualidade que o cerca. São questões que existem independente do posicionamento de indivíduos, o “saber” tem que ser trazido para que não haja ignorância que com muitos mãos e pés abram brecha para muitos outros males. Discutir sobre questões raciais não é algo que eu gostaria de discutir mas tem que ser discutido. Assim como as mulheres não gostariam de estar tendo de lutar pela sua igualdade e por respeito, mas é necessário. A igualdade de gênero é algo que eu já opinava a favor mas ganhei mais bagagem para ajudar/entender a causa e, assim na minha posição, poder ajudar quebrando as ideias construídas na mente de amigos meus sobre objetificação da mulher pela mídia, das questões de diminuição do gênero feminino e, então fazê-los escutar de alguém que vai ter sua atenção. O trabalho aborda também a luta e nos dá conhecimento do público LGBTQ..., são pessoas como nós e que estão no nosso ciclo de vivência. Sem o entendimento damos margem à ignorância. Refletindo em todas essas questões e muito mais posso dizer que o projeto é essencial na construção de bons alunos e pessoas, então esse espaço deveria estar em todo lugar.

ALUNO 5: Esse espaço é muito importante pois temos a oportunidade de aprender mais sobre assuntos essenciais que muitas vezes são deixados de lado. Esse espaço é uma oportunidade para sermos verdadeiros e descobrir mais sobre a gente e sobre o mundo de uma forma agradável.

ALUNO 6: Esse espaço na escola é de extrema importância, pois falamos sobre assuntos super importantes e que não são muito abordados dentro das escolas, porém muito frequentes dentro delas. Além de importantes, são assuntos presentes no nosso cotidiano, tanto em casa, quanto na escola ou em qualquer lugar. Esses assuntos não deveriam ser tratados só na minha escola, mas também em todas as escolas do Brasil e do mundo. Corpo, gênero, sexualidade e os outros assuntos tratados em sala, devem ser discutidos e com o projeto encontramos uma oportunidade de debater sobre eles.

ALUNO 7: Acho muito importante já que, pelo menos o nosso grupo, aborda questões que devem e precisam ser discutidas nas escolas, principalmente como forma de orientação e de troca. Ideal inclusive para a diminuição do preconceito e do machismo, já que o assunto é abordado de forma que possa abrir os olhos das pessoas numa ótima fase para chegar a este conhecimento que nem sempre é presente no cotidiano de todos. Porém acho que os projetos no segundo ano, assim como outras atividades do currículo, não funcionam como deveria, já que acabamos dando prioridade para outras matérias do ensino médio e técnico e acabamos sacrificando o espaço não por ser menos importante mas por exigir menos de nós, de forma que tenha que quantificar nosso desempenho através de provas por exemplo

ALUNO 8: Acho que esse tema é muito importante e tem que ser discutido em todas as escolas.

ALUNO 9: Sobre o projeto. em si, achei interessante e totalmente importante. Antes de entrar, não sabia o quanto sei hoje, e isso é graças a vocês <3. Sei que ainda tem muita gente que não sabe nada

sobre assuntos que tratamos lá, e tem gente que acha que sabe, por isso acho essencial esse projeto. não só na escola, mas em outros lugares

ALUNO 10: O projeto Corpo, Gênero e Sexualidade é muito inovador à medida em que se discute assuntos polêmicos e de extrema relevância, como já diz o nome. Além de que, é aberto, sempre pronto para aderir quaisquer discussões que ocorram ao longo das aulas.

Sem seguir calendários fechados, o aluno se torna protagonista e o cenário brasileiro e mundial se impõe, assim, nós alunos podemos estar discutindo diretamente o que está acontecendo no mundo, as campanhas feministas atuais, as pequenas e progressivas conquistas das minorias, etc.

Apesar desse modelo acolhedor e aberto ser uma proposta da escola como um todo e fortemente presente nas disciplinas foi no projeto onde eu senti isso na pele.

A importância disso tudo é que eu pude me colocar, expor minhas ideias, pontos de vista, debater e discutir assuntos de extrema relevância, mas que são quase sempre ignorados. Foi onde eu, minoria, finalmente me senti protagonista em uma sala de aula. Me senti à vontade, "em casa". Sem receios, medos, vergonhas.

Infelizmente, a integração das turmas não se deu adequadamente, o que é bem entristecedor já que é uma das principais propostas, mas apesar disso, não tive vergonha de falar, debater e me impor, o que é bastante raro.

O que quero dizer é que se construiu o espaço acolhedor de fato. Mesmo sem a integração esperada, me senti acolhida, me senti protagonista como já dito anteriormente.

ALUNO 11: Eu acho muito importante o tema corpo, gênero e sexualidade pois trata de diversos assuntos difíceis e bem complexos de serem tratados na minha opinião, as vezes questões que ao longo de nossas vidas não nos aprofundaríamos se não fosse do nosso interesse, e percebi a importância de sermos educados para a diversidade. Um estudo mais aprofundado a vida de pessoas inclusas em um certo grupo social que passam por muitos, preconceitos, estereótipos e tabus como a comunidade LGBT nos faz refletir em: porque eu olhei pra aquela travesti com olhos diferente? Por que eu pensei que minha amiga bissexual era diferente de mim? o que me levou a pensar assim? perguntas que antes eu me fazia mas que hoje depois dessa disciplina eu consigo responder para mim mesma e até para outras pessoas.

Os temas: a cultura do estupro e o machismo que são bastante interligadas fez também com que eu entendesse um pouco mais como é a sociedade em que vivo, como ela pensa e o por que ela pensa desse modo.

ALUNO 12: Na minha opinião, as aulas foram bastante produtivas e me fizeram pensar sobre vários assuntos e também mudar minha visão de mundo.

ALUNO 13: A experiência com a disciplina de corpo, gênero e sexualidade acho que ultrapassou as expectativas, pois ao escolher eu pensei que só iria saciar algumas curiosidades e esclarecer alguns termos, mas ao decorrer do ano, eu aprendi desde significados a um próprio amadurecimento interno

Tabela 6 Respostas dos alunos inseridos no projeto

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.F de. **Homens no Magistério. Eu Apoio!.** Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, p.70, 2014.

ALVES, R. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir.** Campinas – SP: Ed. Papirus, 2001.

ANDRADE, M. **A diferença que desafia a escola:** Apontamentos iniciais sobre a prática pedagógica e a perspectiva intercultural. In: ANDRADE, M. (Org.). **A diferença que desafia a escola: A prática pedagógica e a perspectiva intercultural.** Rio de Janeiro: Quartet, p. 13-48, 2009a.

ANDRES, S. S.; JAEGER, A. A.; GOELLNER, S. V. **Educar para a Diversidade: Gênero e Sexualidade Segundo a Percepção de Estudantes e Supervisoras do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (UFISM).** *Rev. Educ. fis. UEM*, Maringá, v. 26, n. 2, p. 167-179, Jun/ 2015.

ARENDT, H. **A crise na educação.** In: ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, p. 221-247, 1992.

BASTOS, F.; ANDRADE, M. **“Ser Mulher não tem a ver com dois cromossomos X”:** Impactos da Perspectiva Feminista de Gênero no Ensino de Ciências. *Revista Diversidade e Educação Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*, Rio Grande, v.4, n.8, p. 56-64, jul/dez, 2016.

BASTOS, F. **As Distâncias Sociais Entre Escola e Sujeitos Homossexuais e Sua Interferência na Percepção de Homofobia,** *In* Reunião Nacional da Anped, 38, 2015, Maranhão. Anais... Maranhão: ANPED, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT23_1171.pdf

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida.** 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E.. **Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia.** *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, Mar/2008.

_____. *et al.* **Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil).** *Educar em Revista*, Curitiba, n. 39, p. 21-38, Abr/2011.

BORTOLINI, A. **Sexualidade, gênero e diversidade: currículo e prática pedagógica.** In: Reunião Anual da ANPED, 35, 2012, Porto de Galinhas.

BOUZADA, E.N.S.; VENTURINI, A.M.; CAVALCANTI, A.T. **Discutindo Diversidade Sexual Na Escola: Novas Configurações Familiares.** 2015. Disponível em: <http://www.lapeade.com.br/artigos.html>

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.

_____. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual.** Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEF, 2001.

_____. Ministério da Saúde (Conselho Nacional de Combate à Discriminação). **Brasil Sem Homofobia : Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. “**Lei Maria da Penha**”. Brasília, agosto, 2006.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, AIDS e Hepatite Virais. **Adolescentes e jovens para a educação em pares**. Diversidade Sexual, Brasília, 2011.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão/** Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

BRZOZOWSKI, F. S.; CAPONI, S. **Determinismo biológico e as neurociências no caso do transtorno de déficit de atenção com hiperatividade**. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 941-961, 2012.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CADERNO GLOBO. Tema CORPO: ARTIGO INDEFINIDO. Ed. Globo Comunicações, 2017. Versão online disponível em:
<https://redeglobo.globo.com/globouniversidade/novidades/noticia/corpo-artigo-indefinido.ghtml>

CAMPOS, L. M. L. **Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas**. *Ciência e Educação (Bauru)*, Bauru, v. 21, n. 4, p. 01-04, Dez/2015.

_____; COELHO, L. J. **Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos**. *Ciência e Educação (Bauru)*, Bauru, v. 21, n. 4, p. 893-910, Dez/2015.

CANEN, A.; XAVIER, G. P. de M. **Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 641-661, Dez/ 2011.

CARVALHO, M. E. P. de. **Modos de educação, gênero e relações escola-família**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 41-58, Abr/ 2004.

CESAR, M. R. de A. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia**. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

COLLING, L. **Teoria Queer**. *IN: Mais Definições em Trânsito*, disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>

DINIS, N.F. **Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

_____. **Homofobia e educação**: Quando a omissão também é signo de violência. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, abr/2011.

FLEURI, R. M. **Políticas da diferença**: para além dos estereótipos na prática educacional. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 95, p. 495-520, Ago/2006.

FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade**. Vol. 1: A Vontade de Saber. Ed. 11. Rio de Janeiro. Graal, 1988.

FURLANI, J. **Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo**. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 111-131, Ago/ 2008.

GOELLNER, S. **A produção cultural do corpo**. *In: LOURO, G.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUIZZO, B.S.; FELIPE, J., **Avanços e Retrocessos em Políticas Públicas Contemporâneas Relacionadas a Gênero e Sexualidade**: Entrelaces com a Educação. *In Reunião Nacional da Anped*, 37, 2015, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt23-3858.pdf>

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.

_____. **O desafio da convivência**: assessoria de diversidade e apoio aos cotistas (2004-2008). *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 33, n. 1, p. 222-233, 2013

JUNQUEIRA, R.D. **Homofobia nas Escolas**: um problema de todos *In Rogério Diniz (Org.) Diversidade Sexual na Educação*: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília. MEC/SECAD, 2009.

_____. **Conceitos da Diversidade – Parte II**. Entrevista [continuação da entrevista realizada – v.2, n.3, jan/jun, 2014]. *Revista Diversidade e Educação*. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, v.2, n.4, p. 04-13, jul/dez, 2014. Entrevista concedida à Yéssica Lopes.

LEITE, M.S. Significação da violência e heteronormatividade no contexto da prática curricular. *Revista e-curriculum*, São Paulo, v.7, n.1, Abril. 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, história e educação: construção e desconstrução**. Educação & Realidade, v.20, n.2, p.102-133, 1995.

_____. **Gênero, sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petropolis, RJ:Voices, 1997.

_____. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

_____. **O corpo educado: psicologia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação**. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, nº 46, p.201-218, dez/2007.

MAIA, A. C. B. et al. **Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 1, p. 151-156, Mar/ 2012.

MAIA, M. V. C. M; VIEIRA, C. N. **Criatividade e educação**: articulação possível?. *Revista Práticas em Educação Básica*, Rio de Janeiro, v.1, p. 01-22, 2016. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/peb/article/view/696/607>

MAIO, E. R.; JÚNIOR, I.B. de **O. O Cotidiano Escolar e Suas Práticas Heteronormatizadoras**. *Revista Diversidade e Educação*. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, v.2, n.4, p. 34-37, jul/dez, 2014.

MARCON, A. N.; PRUDENCIO, L. E. V.; GESSER, M. **Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola**. *Psicologia Escolar e Educacional*, Maringá, v. 20, n. 2, p. 291-302, Ago/ 2016.

MENDONÇA, V. M. **Não é 'ideologia de gênero', é educação e deve ser discutido nas escolas, diz pesquisadora**: Entrevista. [26 de março de 2017] São Paulo. Instituto da Mulher Negra- GELEDÉS. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-e-ideologia-de-genero-e-educacao-e-deve-ser-discutido-nas-escolas-diz-pesquisadora/>

MONTEIRO, M.V.P. **Ataque à Discussão de Gênero na Escola, Construção Identitária e a Importância da Liberdade Docente**. In Reunião Nacional da Anped, 38, 2017, Maranhão. Anais... Maranhão: ANPED, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT23_269.pdf

MONTEIRO, S. *et al.* **Identidades, trânsitos e diversidade sexual em contextos de sociabilidade juvenil no Rio de Janeiro (Brasil)**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 35, p. 79-109, Dez/2010.

MONTEIRO, S. S.; VILLELA, W.V.; SOARES, P. da S. **É inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil**. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 421-440, 2014.

NARDI, H.C., QUARTIERO, E. **Educando para a diversidade:** desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*. n.11, p.59-87, Ago/2012.

PEREIRA, I.B.; RAMOS, M.N. **Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2006.

PISCITELLI, A. **Recriando a (categoria) mulher?** Campinas, p. 01-25, 2001. Disponível em: <http://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>.

REIS, T.; EGGERT, E. **Ideologia de Gênero:** Uma Falácia Construída Sobre os Planos de Educação Brasileiros. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan-mar/2017.

RIBEIRO, M.D. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola:** Sua Relevância Como Conteúdo Estruturante no Ensino Médio. Revista Eletrônica LENPES-PIBIB de Ciências Sociais UEL. Ed. Ensino de Sociologia em Debate, v.1, n.2, jul/dez, 2016.

ROSENO, C.; GUIMARÃES, J. **A emersão diante da proposital invisibilidade:** por que não falar de gênero na educação? In: *VI EPEPE – ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO*, 6., 2016, Juazeiro, Bahia. Anais. Juazeiro: Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2016.

SANTOS, D.B.C. **A Escola Como Empreendimento Biopolítico de Governo dos Corpos e Subjetividades Transexuais.** In Reunião Nacional da Anped, 36, 2013, Goiânia. Anais... Goiânia: ANPED, 2013. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt23_3181_texto.pdf

SCOTT, J.W. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.** *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEFFNER, F. **Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas:** cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 561-572, Ago/2011.

SILVA, A.P. da *et al.* **Paulo Freire – Pedagogia da diversidade?**. V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife. 19 a 22 de Setembro de 2005. Disponível em: http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/PAULOFREIREPEDAGOGIADADIVERSIDADE.pdf

SILVA, I. de O.; LUZ, I. R da. **Meninos na educação infantil:** o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. *Cadernos Pagu, Campinas*, n. 34, p. 17-39, Jun/ 2010.

SILVA, R. A. da; SOARES, R. **Sexualidade e identidade no espaço escolar:** notas de uma atividade em um curso de educação a distância. *Educar em Revista*, Curitiba, n. spe-1, p. 135-151, 2014.

SILVA, L. L.S., JUNIOR, F.F.L. **Homofobia Na Escola:** Problematizando Gênero e Sexualidade Entre Estudantes Do Ensino Médio. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Bahia, v.02, n.02, p.30-37, Jul/Dez, 2016.

SIQUEIRA, I. **Indianara Siqueira: a trajetória da ativista e militante trans:** Entrevista. [25 de julho de 2016] Estúdio Móvel. Tv Brasil. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/estudiomovel/episodio/indianara-siqueira-a-trajetoria-da-ativista-e-militante-trans>

SOUZA, L. C.; DINIS, N. F. **Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia.** *Pro-Posições*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 119-134, Dez/2010.

VIANNA, C. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação:** um diálogo com a produção acadêmica. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012.

VIANNA, C. P. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual:** perdas, ganhos e desafios. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, p. 01-16, 2015.

ZANATTA, L. F. *et al.* **A educação em sexualidade na escola itinerante do MST:** percepções dos(as) educandos(as). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 443-458, Jun/2016.